



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

ELLEN KAROLYNE CAVALCANTI BEZERRA

O Programa PROMETRÓPOLE-BIRD e o Direito à Moradia: um olhar sobre o reassentamento de famílias nos Conjuntos Residenciais Beberibe 1 e 2

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ELLEN KAROLYNE CAVALCANTI BEZERRA

O Programa PROMETRÓPOLE-BIRD e o Direito à Moradia: um olhar sobre o reassentamento de famílias nos Conjuntos Residenciais Beberibe 1 e 2

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Danielle de Melo Rocha

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Bezerra, Ellen Karolyne Cavalcanti.

O Programa PROMETRÓPOLE-BIRD e o Direito à Moradia: um olhar sobre o reassentamento de famílias nos Conjuntos Residenciais Beberibe 1 e 2 / Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra. - Recife, 2024.

97 p. : il., tab.

Orientador(a): Danielle de Melo Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Rio Beberibe. 2. Urbanização de Favelas. 3. Programa Prometrópolis. 4. Reassentamento. 5. Direito à Moradia. I. Rocha, Danielle de Melo . (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

ELLEN KAROLYNE CAVALCANTI BEZERRA

O Programa PROMETRÓPOLE-BIRD e o Direito à Moradia: um olhar sobre o reassentamento de famílias nos Conjuntos Residenciais Beberibe 1 e 2

TCC apresentado ao Curso de graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: 22/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Danielle de Melo Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Arnaldo Souza (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À Maria Fernandes Cavalcanti,
por ter sido o alicerce de
uma família inteira,
sem a qual eu não seria quem sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter possibilitado a conclusão de mais uma etapa de um longo e árduo caminho em que empenhei muito esforço e dedicação. Isso não seria possível sem a resiliência e força de vontade reunidas em todas as minhas versões do passado cujo objetivo era realizar o sonho da graduação em uma universidade pública.

À minha família, agradeço a minha bisavó Maria Fernandes Cavalcanti (*in memoriam*), por ter sido a forma de amor mais puro, os pilares e a base matriarcal de nossa família, meu maior exemplo de caráter e bondade, por ter dedicado uma vida inteira a todos que de alguma forma precisaram de seu apoio e por ter me ensinado tantas coisas em vida que não haveria palavras suficientes para agradecer. Todo o seu esforço e dedicação são reconhecidos. Agradeço a minha mãe por me instruir a sempre dar o meu melhor, por me ensinar que a educação é o caminho e que, com essa educação, devemos usar de nossos meios para contribuir e transformar o mundo em que vivemos. Agradeço às minhas tias M^a das Dôres e M^a Alba, por toda a dedicação em minha criação e educação. Agradeço aos meus irmãos e sobrinha, Rayane, por compartilhar a felicidade de termos uma à outra e a Arthur e Maria Alice, por trazer alegria e leveza às nossas vidas. Agradeço à minha avó Maria Auxiliadora e ao meu avô Carlinhos, à tia Dinha, tia Neska e tio Netinho e à minha prima Claryssa por todo amor e suporte em todos os momentos.

À minha Professora e Orientadora Danielle Rocha agradeço por ter inspirado em mim a vontade e a admiração pelos estudos da Habitação, do Direito à Moradia e Direito à Cidade. Obrigada por todos os ensinamentos, conselhos e acolhimento durante toda a trajetória acadêmica, sempre buscando humanizar essa jornada, nas salas de aula ou no ensino remoto. Agradeço também a todos os amigos e colegas que fiz no Observatório das Metrópoles – PE, em especial a Yasmim e Eduarda, por compartilharem comigo os desafios da pesquisa, nas reuniões remotas no estudo do Projeto Capibaribe Melhor, nas entrevistas e nas visitas em campo. Agradeço pelo apoio mútuo.

Agradeço ao GE 11, por todo o apoio e por dividirem comigo as alegrias e dores desde o início do curso, por todos os obstáculos superados e por tornarem mais leve essa caminhada de tantos desafios. Agradeço também a todos os

professores da UFPE e aos colegas de turma pela trajetória da graduação e pelas conquistas alcançadas.

Agradeço ao Flávio Vila Nova e à Maria Helena por toda a orientação, compreensão e acolhimento, por me receberem e compartilharem comigo seus conhecimentos e por me ensinarem tanto, me servindo como fonte de inspiração profissional. Agradeço a todos os componentes das gerências GEOS, GMBI e da DIP por estarem sempre dispostos a contribuir com meu conhecimento e formação, por serem sempre tão receptivos e cordiais. Agradeço a todos os colegas e amigos que fiz no Tribunal de Contas de Pernambuco, principalmente à Jéssica por compartilhar comigo os dias no estágio, por sempre estar disposta a prestar seu apoio e por todos os momentos juntas. Não teria sido o mesmo sem você.

Agradeço aos moradores dos Conjuntos Habitacionais Beberibe 1 e 2 por interromperem um momento de suas rotinas para contribuir para esta pesquisa e me concederem informações imprescindíveis. A todos vocês dedico o esforço empenhado neste trabalho.

Agradeço a minha amiga Amanda por sempre acreditar em mim, pelo carinho e apoio e por todos os momentos compartilhados desde o primeiro ano do ensino médio até aqui.

Por fim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação, para esta pesquisa e que foram peças fundamentais neste ciclo da minha vida.

RESUMO

A expansão de assentamentos precários caracterizados pela informalidade, insalubridade, vulnerabilidade ambiental e dificuldade de acesso a serviços públicos e à infraestrutura urbana segue sendo um desafio para o alcance do Direito à Moradia Digna e conseqüentemente ocasionando o aumento dos índices de déficit habitacional nas grandes metrópoles. Nessa perspectiva, este trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o impacto do processo de reassentamento das comunidades Portão do Gelo e Vila Miguel Arraes, localizadas às margens do Rio Beberibe, na zona norte da cidade do Recife, tomando como Estudo de Caso os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II. A pesquisa aborda o início da ocupação marcada pela autoconstrução que deu origem às comunidades, seguida do processo de urbanização e implantação dos conjuntos através do Programa PROMETRÓPOLE-BIRD, concluindo com uma análise do processo de reassentamento das famílias. O estudo se pauta na revisão bibliográfica, na coleta e análise documental, na elaboração de material cartográfico e no estudo de campo, que contempla visitas *in loco* e aplicação de entrevistas semiestruturadas a moradores previamente selecionados, cuja discussão se pauta no Direito à Cidade e do Direito à Moradia. Para tanto, adota-se como parâmetros para a investigação os critérios de segurança jurídica, disponibilidade de serviços e infraestruturas, custo acessível, habitabilidade, localização e adequação cultural, definidos pelo Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. Como resultados, o trabalho contribui com uma reflexão crítica sobre os processos de reassentamento como forma de intervenção urbana, demonstrando a importância da participação dos moradores no processo e as melhorias das condições de vida da população a partir da garantia de melhores condições de habitabilidade das novas residências.

Palavras-chave: Rio Beberibe; Urbanização de Favelas; Programa Prometrópole; Reassentamento; Direito à Moradia; Recife.

ABSTRACT

The expansion of precarious settlements characterized by informality, unhealthiness, environmental vulnerability and difficulty in accessing public services and urban infrastructure continues to be a challenge for achieving the Right to Decent Housing and consequently causing an increase in housing deficit rates in large cities. In this perspective, this Final Course Essay aims to analyze the impact of the resettlement process of the Portão do Gelo and Vila Miguel Arraes communities, located on the banks of the Beberibe River, in the northern part of the city of Recife, taking as a Case Study the Beberibe I and II Residential Complexes. The research addresses the beginning of the occupation marked by self-construction that gave rise to the communities, followed by the process of urbanization and implementation of the complexes through the PROMETRÓPOLE-BIRD Program, concluding with an analysis of the process of resettlement of the families. The study is based on a bibliographic review, document collection and analysis, preparation of cartographic material and field study, which includes on-site visits and semi-structured interviews with previously selected residents, whose discussion is based on the Right to the City and the Right to Housing. To this end, the criteria of legal certainty, availability of services and infrastructure, affordable cost, habitability, location and cultural adequacy, as defined by the UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights, are adopted as parameters for the investigation. As a result, the essay contributes to a critical reflection on the resettlement processes as a form of urban intervention, demonstrating the importance of the participation of residents in the process and the improvements in the population's living conditions based on the guarantee of better habitability conditions in the new residences.

Keywords: Rio Beberibe; Urbanization of Slums; Prometrópole Program; Resettlement; Right to Housing; Recife.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das UEs de intervenção do Prometrópole com destaque para projetos piloto	27
Figura 2: Áreas de Intervenção do Prometrópole após financiamento do PAC	29
Figura 3: Mapa das Comunidades inseridas nos Bairros.....	36
Figura 4: Comunidade Portão do Gelo em 2009	37
Figura 5: Comunidade Portão do Gelo em 2013	37
Figura 6: Vila Miguel Arraes em 2009	38
Figura 7: Vila Miguel Arraes em 2013	38
Figura 8: Portão do Gelo em 2012	39
Figura 9: Portão do Gelo em 2015	39
Figura 10: Miguel Arraes em 2012	40
Figura 11: Miguel Arraes em 2012	40
Figura 12: Situação atual, vista do rio e favela Jacarezinho na margem de Olinda - PE	46
Figura 13: Situação atual, vista do rio e favela Jacarezinho na margem de Olinda - PE	46
Figura 14: Conjunto Habitacional Beberibe I visto da Av. Beberibe.....	52
Figura 15: Conjunto Habitacional Beberibe I visto da Rua Dr. Trindade Henrique	52
Figura 16: Conjunto Habitacional Beberibe II visto da Rua Dr. Trindade Henrique	53
Figura 17: Conjunto Habitacional Beberibe II visto da Av. Beberibe.....	53
Figura 18: Ponte de Veículo	54
Figura 19: Ponte de Pedestre.....	54
Figura 20: Rampas de acesso no Conjunto I.....	55
Figura 21: Rampas de acesso no Conjunto II.....	55
Figura 22: Mapa de Mobilidade Urbana.....	57
Figura 23: Mapa de Usos do Bairro	60
Figura 24: Mapa de legislação.....	61
Figura 25: Mapa de CIS nos bairros	63
Figura 26: Praça 01 do Conjunto II.....	65
Figura 27: Praça 02 do Conjunto II.....	65
Figura 28: Praça do Conjunto I.....	66
Figura 29: Atual Rua Beberibe-Rio, local em que a comunidade ocupava.	67
Figura 30: Armazenamento do Lixo,.....	68
Figura 31: Armazenamento do Lixo, Conjunto II.....	68
Figura 32: Reformas e acréscimos: “puxadinhos”.	69
Figura 33: Reformas e acréscimos: “puxadinhos”.	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipologia de Assentamento e Intervenção.....	15
Tabela 2: Tabela de Entrevistados	20
Tabela 3: Melhorias na infraestrutura divididas em categorias	26
Tabela 4: Atividades concluídas do Programa Prometrópole	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVSI – Association of Volunteers in International Service

BHRB – Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe

BIRD - Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento

CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana

CIS – Comunidade de Interesse Social

COMPESA – Companhia Estadual de Saneamento

Condepe/Fidem - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CONDERM – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

CRBI – Conjunto Residencial Beberibe I

CRBII – Conjunto Residencial Beberibe I

EMHAPE - Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco S/A

ESIG – Informações Geográficas do Recife

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social -

MAC - Macrozona do Ambiente Construído

MANC - Macrozona do Ambiente Natural e Cultural

OGU - Ouvidoria-Geral da União

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC – UAP - Programa de Aceleração de Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários

PTS - Plano de Trabalho Social

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMHIS - Política Municipal de Habitação de Interesse Social

PQA - Programa de Qualidade de Águas

PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano

PSI - Projetos de Saneamento Integrado

Promorar - Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental

RMR - Região Metropolitana do Recife

RPA - Região Político-Administrativa

SESAN - Secretaria de Saneamento

UE – Unidade de Esgotamento

UEM – Unidade Executora do Município

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

SIMHIS - Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social

US – Unidade de Saúde

USF - Unidade de Saúde da Família

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. Programas de Políticas Públicas para redução de desigualdades socioespaciais no Rio Beberibe	23
2.1 PQA e Prometrópole: programas de urbanização no Rio Beberibe	23
3. Comunidades Portão do Gelo e Miguel Arraes: da ocupação ao reassentamento	35
3.1 O Reassentamento: Uma história de dispersão	35
3.2 A Nova Moradia: os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II	47
4. Conjuntos Residenciais Beberibe I e II: a visão dos moradores e análise do bairro	51
4.1 Os Dois Conjuntos Residenciais	51
4.1.1 Análise de Infraestrutura Urbana	54
4.1.2 Avaliação dos Moradores sobre os Conjuntos	64
4.2 Avaliação do pleno acesso ao Direito à Moradia	70
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	85

1. INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade e as condições precárias das moradias autoconstruídas revelam as dificuldades da democratização do Direito à Moradia principalmente para a camada mais pobre da população. Apesar de reconhecido internacionalmente como direito fundamental desde 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no âmbito nacional, apenas em 14 de fevereiro de 2000, a questão da moradia é instituída como parte do rol de direitos sociais através da Emenda Constitucional nº26, no art. 6º da Constituição Brasileira:

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2000).

Todavia, o gradativo crescimento nos índices de déficit habitacional indica a fragilidade do acesso à moradia, tendo o resultado de cerca de 6,2 milhões de domicílios, composto por habitações precárias, coabitação e ônus excessivo com aluguel, conforme dados da Fundação João Pinheiro (2022). Os impasses na questão da moradia são recorrentes nas grandes metrópoles e provocam problemas urbanos de cunho socioambiental, sobretudo o aumento do déficit habitacional e das condições precárias das favelas e mocambos que crescem desenfreadamente em função da escassez de alternativas habitacionais (Denaldi, 2003).

Historicamente, até os anos 1940, a população recifense pobre e excluída ocupava áreas alagadas e mocambos autoconstruídos como opção de moradia. Devido à implementação da política de erradicação de mocambos e de grandes enchentes, a população pobre passa a ocupar as colinas da Zona Norte da cidade (Casa Amarela, Beberibe e Água Fria) dando origem aos maiores conjuntos de assentamentos precários atuais (Moraes, Miranda, Souza, 2018). Posteriormente, as encostas a sudoeste também foram ocupadas constituindo as opções de moradia da população pobre do Recife (Moraes, Miranda, Souza, 2018). No presente momento, a cidade segue sendo marcada pelas desigualdades socioespaciais, o que a fez, em 2023, se tornar a segunda capital mais desigual do país, de acordo com o Instituto de Cidades Sustentáveis (2023).

A disparidade no acesso ao saneamento agravou a situação de vulnerabilidade socioambiental da população, estando vinculada tanto ao rendimento das famílias quanto à capacidade das organizações sociais para promover o ordenamento territorial e oferecer

estrutura urbana adequada a um habitat urbano de qualidade (Diniz *et al*, 2022). Dessa forma, as condições de precariedade e risco tornam-se mais relevantes quando da associação entre a vulnerabilidade e a suscetibilidade do sítio onde se instalam dadas as características geofísicas (solo, relevo) e climáticas (clima e pluviometria) (Diniz *et al*, 2022).

Nesse ínterim, o processo de urbanização no Recife ocorre por meio de aterros sucessivos sobre os cursos d'água e supressão de manguezais, promovidos tanto pelo poder público quanto pela população, o que resultou em uma densidade demográfica elevada (7.039,64 hab/km²) em contraposição a uma área de ocupação restrita (área do município de 218,843 km² e área urbanizada de 142,99 km²) (Cardoso, 2023). Devido ao processo de urbanização desigual e desordenado, restou a ocupação precária em áreas alagadas, às margens dos cursos d'água e nos morros como alternativas de acesso à moradia para população de baixa renda. Esta forma de ocupação resulta na deterioração do meio ambiente e impacta consideravelmente na qualidade da água (Carvalho; Rocha, 2020).

Ao longo dos anos, as ações estatais em relação aos assentamentos precários variaram entre omissão, erradicação das ocupações autoconstruídas e a melhoria pontual de parte dos assentamentos (Moraes, Miranda, Souza, 2018). Diante deste impasse, por volta dos anos 1990, o Poder Público lança mão de programas de melhorias de assentamentos precários promovendo soluções de políticas habitacionais por meio da provisão habitacional via reassentamento, num cenário bastante propício para a mudança de atuação de enfrentamento à reprodução dessas formas de ocupação. Denaldi (2003) aponta a influência da agenda das agências multilaterais correlatas ao custeamento e formatação das políticas públicas habitacionais dos países em desenvolvimento para o delineamento dessas políticas de combate às “favelas” anunciadas pelo Governo Federal.

Considerando os fatos elencados, Cardoso *et al* (2009) aponta que a caracterização dos assentamentos precários é fundamental para definição do tipo de intervenção e estas são definidas em função da lacuna entre as características dos assentamentos e o conceito de moradia digna. Dessa forma, a intervenção de urbanização ou integração urbana visa garantir um patamar básico de qualidade habitacional e urbana, considerando os seguintes pontos:

“a erradicação das situações de risco; a implantação de infraestrutura básica, priorizando o saneamento ambiental; a ampliação da mobilidade e do

acesso aos diversos equipamentos urbanos; a adequação da unidade habitacional; a regularização fundiária; e as ações relativas à inclusão social de seus moradores". (Denaldi, 2013)

Desse modo, a classificação dos assentamentos deve ser feita pelo município, considerando as especificidades locais e a necessidade de articulação nacional de informação:

- **Consolidado:** assentamento integrado urbanisticamente e dotado de infraestrutura básica, sem necessidade de intervenções físicas para alterações morfológicas ou execução de infraestrutura básica, podendo apresentar demandas de regularização fundiária, de programas de pós-ocupação ou programas sociais e equipamentos ou serviços.
- **Consolidável:** apresenta condições de recuperação urbanísticas e ambientais e de reordenamento urbano com ou sem necessidade de remoção, visando eliminar situações de risco, promover o desadensamento, executar intervenções urbanas ou como resposta a restrições legais à ocupação.
- **Não consolidável:** sem condições de recuperação urbanísticas e ambientais e de reordenamento urbano. Encontram-se em situações de risco não solucionáveis, por exemplo, aqueles núcleos localizados sobre aterro sanitário, oleoduto, sistema viário estrutural da cidade, áreas de risco, áreas de preservação ambiental e non aedificandi, requerendo remoção e reassentamento em outras áreas. (Denaldi, 2013)

A tabela abaixo relaciona o tipo de assentamento e a intervenção necessária:

Tabela 1: Tipologia de Assentamento e Intervenção

Tipo de Assentamento	Tipo de Intervenção
Consolidado	
Consolidável	Urbanização Simples Urbanização Complexa Remanejamento (relocação) Reassentamento (parcial)
Não Consolidável	Reassentamento (total)

Fonte: Denaldi (2013)

Segundo Denaldi (2013), levando em consideração os tipos de assentamento, são definidos os tipos de intervenção:

- Urbanização: viabiliza a consolidação do assentamento com a manutenção da população (ou de parte dela). Compreende entre outras medidas implantação de infraestrutura completa, construção de equipamentos sociais, reparcelamento do solo (quando couber), execução de obras de consolidação geotécnica, promoção de melhorias habitacionais e da regularização fundiária;
 - Simples: ocorrem em assentamento de baixa ou média densidade, sem demandas de obras complexas e baixo índice de remoções (até 5%);
 - Complexa: demandam alto grau de densidade e alto índice de remoções e necessidade de obras complexas de infraestrutura;
- Remanejamento (ou relocação): reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou assentamento. Envolve substituição das moradias e tecido urbano bem como a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária;
- Reassentamento (ou realocação): remoção para outro terreno fora da favela, produção de novas moradias de tipologia diferente, destinada aos moradores.

Diante do exposto, este trabalho tem como tema central compreender os impactos do processo de reassentamento das comunidades ribeirinhas do Rio Beberibe nos Conjuntos Residenciais Beberibe I e II, com a finalidade de analisar a eficiência de programas de provisão habitacional em virtude da urbanização de sua área de origem no âmbito da conquista do Direito à Moradia e melhoria na qualidade de vida da população.

O recorte temporal abrange um período a partir dos anos 1990, compreendendo o período marcado pelo início da comunidade através do processo de invasão na área da margem do Rio Beberibe até a contemporaneidade, período de pós ocupação em que os moradores residem às novas moradias nos dois diferentes conjuntos habitacionais, localizados no bairro do Porto da Madeira, Zona Norte do Recife. O enfoque principal do estudo diz respeito à análise das formas de provisão habitacional, ocorridas devido à implementação de programas de melhoria de infraestrutura e de intervenção em assentamentos precários, compreendendo os impactos das transformações para esta população.

O reassentamento foi viabilizado pelo Programa Prometrópole (2003-2010), financiado pelo Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (ou Banco Mundial), por meio de empréstimo ao Governo do Estado de Pernambuco e executado por este e pelas Unidades Executoras Municipais de Recife e Olinda, tendo como objetivo a melhoria nas condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário das áreas onde estão concentradas as comunidades mais pobres da Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria na qualidade ambiental.

O modelo integrado de execução do Programa proporcionou impacto significativo para a vida dos moradores e promoveu a implantação da infraestrutura urbana nos contextos de sistema viário, saneamento básico e medidas de desenvolvimento comunitário das 13 comunidades nos municípios de Recife e Olinda.

No tocante às obras de provisão habitacional, devido a grande quantidade de moradores a serem removidos das áreas de risco ambiental, foram construídos diversos conjuntos habitacionais para reassentar a população, resultando no espraiamento das comunidades. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto do reassentamento promovido pelo Programa Prometrópole, tomando como estudo de caso os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II. Estes foram construídos para reassentamento dos moradores das comunidades Portão do Gelo e Vila Miguel Arraes, inicialmente localizadas às margens do Rio Beberibe, na extensão dos bairros de Beberibe e Porto da Madeira.

Para tanto, os objetivos específicos que compõem o escopo desta pesquisa são:

- a) Analisar as intervenções realizadas pelo Prometrópole que impactaram as comunidades situadas nos bairros de Beberibe e Porto da Madeira;
- b) Traçar o histórico das Comunidades Portão do Gelo e Vila Miguel Arraes desde sua ocupação até a intervenção, demonstrando o contexto histórico, as condições de vulnerabilidade e as dinâmicas socioculturais bem como a relação das famílias com o lugar de origem;
- c) Analisar o acesso ao Direito à Moradia e a melhoria na qualidade de vida da população reassentada cujas famílias desta e de outras áreas foram transferidas para o Conjunto Residencial Beberibe I e o Conjunto Residencial Beberibe II.

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, o qual o procedimento metodológico utilizado foi uma análise de Estudo de Caso. Para tanto, foram realizados: revisão bibliográfica acerca do tema Provisão de Habitação através de Políticas Públicas, para compreensão da problemática; conceituação dos temas Direito à Moradia e provisão habitacional via reassentamento, buscando compreender os tipos de assentamento e intervenção realizados, além da coleta de dados documentais em acervos públicos sobre o Programa Prometrópole. Arelado a isso houve a elaboração de material cartográfico com intuito de subsidiar análise do bairro, visitas em campo para apreensão do objeto de estudo, levantamento fotográfico e entrevistas semiestruturadas consentidas pelos moradores bem como transcrições destas, realizadas visando compreender a visão dos reassentados, as dinâmicas da comunidade e o processo de ocupação.

A respeito da metodologia escolhida, Yin (1994) afirma que a necessidade de realizar estudos de caso surge do desejo em analisar fenômenos sociais complexos, que possibilitem a investigação de características holística dos eventos da vida real, concluindo que esse método de pesquisa representa uma estratégia para responder questões do tipo "como" ou "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

A seleção dos entrevistados sucedeu por aplicação da técnica metodológica snowball sampling (ou "Bola de Neve"), possibilitando aproximação e apreensão do grupo de pesquisa a ser definido a partir da apropriação da realidade dos próprios entrevistados. Segundo VINUTO (2014), esse tipo de abordagem representa uma amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência e torna-se útil para contatar grupos difíceis de serem acessados. Ao discorrer sobre a definição do conceito, Coleman (1958 *apud* Handcock e Gile 2011) relata: "Snowball sampling: One method of interviewing a man's immediate social environment is to use the sociometric questions in the interview for sampling purposes"¹.

Dessa forma, o processo foi realizado a partir do contato inicial com informantes-chaves que viabilizaram a comunicação com os primeiros moradores entrevistados, a

¹ Em livre tradução: "Snowball sampling: um método de entrevistar o ambiente social imediato de um homem é usar perguntas sociométricas em uma entrevista com propósito de amostra".

partir disso, os próximos entrevistados foram indicados pelos anteriores e assim sucessivamente. Nesse processo, os critérios definidos para determinar potenciais componentes do grupo de análise foram maior tempo de convívio na comunidade ou personas com engajamento social comunitário. Assim, foi possível identificar atores-chave cuja liderança evidencia a relevância de sua atuação.

Dentre os dez entrevistados, cinco pertencem ao Conjunto Residencial Beberibe I, quatro ao Conjunto Residencial Beberibe II e uma ao Conjunto Residencial Eneroth Coutinho (tabela 2), habitacional para onde outras famílias da comunidade foram realocadas, situado no mesmo bairro, sendo esta última selecionada por sua extrema relevância por ter acompanhado o início da formação da comunidade e ocupar o cargo de agente ambiental da Prefeitura do Recife.

Tabela 2: Tabela de Entrevistados

Entrevistado ²	Data da Entrevista	Instância	Identificação
1	14/07/24	Morador	Mulher, 50 anos, Comunidade Portão do Gelo, Conjunto I.
2	14/07/24	Morador	Mulher, 61 anos, Comunidade Portão do Gelo, Conjunto II.
3	14/07/24	Morador	Mulher, 51 anos, Comunidade Vila Miguel Arraes, Conjunto II.
4	14/07/24	Morador	Homem, 53 anos, Comunidade Vila Miguel Arraes, Conjunto I.
5	15/09/24	Morador	Mulher, 60 anos, Comunidade Vila Miguel Arraes, Conjunto I.
6	16/09/24	Morador	Mulher, 42 anos, Comunidade Portão do Gelo, Conjunto II.
7	16/09/24	Morador	Homem, 45 anos, Comunidade Singapura, Conjunto II.
8	16/09/24	Morador	Mulher, 36 anos, Comunidade Vila Miguel Arraes, Conjunto I.
9	16/09/24	Morador	Mulher, 41 anos, Comunidade Vila Miguel Arraes, Conjunto I. Integrou a Equipe técnica do Programa.
10	08/05/24	Morador	Mulher, 43 anos, Comunidade Portão do Gelo, Conjunto Eneroth Coutinho. Agente de saúde – Prefeitura do Recife.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

² Para preservar a identidade dos moradores, optamos por utilizar a ordem do número dos entrevistados para nos referir às respectivas informações concedidas.

Através de entrevistas semiestruturadas, os moradores forneceram informações sobre: o histórico e a situação de vulnerabilidade da comunidade em que residiam; o processo de intervenção do Prometrópole; a relação com a vizinhança pré e pós reassentamento; a infraestrutura dos Conjuntos e o nível de satisfação atual dos moradores.

O trabalho divide-se em três principais capítulos:

No primeiro momento, são apresentadas as ações do Poder Público por meio de Programas de Políticas Públicas na Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe precedentes à execução do Programa Prometrópole, em seguida aborda-se o seu processo de implementação e execução. Após isso, demonstra-se o resultado das intervenções em que se realizou o reassentamento de diversas famílias provenientes das comunidades inseridas no escopo do Programa, dentre elas, as famílias reassentadas nos Conjuntos aqui analisados.

Dando prosseguimento aos objetivos específicos descritos, após a compreensão do processo de urbanização da área no âmbito do Prometrópole, é realizada a contextualização histórica desde o processo de ocupação da comunidade até a intervenção no local, compreendendo uma descrição das dinâmicas socioculturais, das condições de vulnerabilidade e da relação da população com o seu lugar de origem.

No terceiro e último capítulo, é realizada a avaliação do acesso ao Direito à Moradia Digna por meio da provisão de habitação via reassentamento da população e da melhoria na sua qualidade de vida. Este último foi realizado a partir da análise do bairro no que tange ao acesso a infraestruturas bem como da avaliação das respostas dos moradores entrevistados, visando por fim, compreender os efeitos e impactos do processo de reassentamento para a população da comunidade.

Adotou-se na presente pesquisa a análise do “Direito à Moradia Digna”, cujos parâmetros permitem uma visão mais abrangente e crítica sobre o impacto do reassentamento, bem como define critérios que possibilitam avaliar se ela garante um padrão mínimo de qualidade de vida e condições que envolvem o acesso à moradia. Estes critérios foram estabelecidos através do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e estão inseridos no documento Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU (2018).

Durante o processo de trabalho, percebeu-se a necessidade de priorizar a análise de pontos mais relevantes para contemplar os objetivos da pesquisa e contribuir para a melhor compreensão do problema central de forma mais significativa. Dessa forma, a

avaliação da estrutura do conjunto residencial não foi abordada. Adotou-se, portanto, os seguintes critérios para análise do acesso ao Direito à Moradia Digna: segurança jurídica, disponibilidade de serviços e infraestruturas, custo acessível, habitabilidade, localização e adequação cultural, cujas definições serão apresentadas no terceiro capítulo.

Como resultado, é possível afirmar que o Programa Prometrópole promoveu melhorias na infraestrutura urbana, principalmente no que tange ao saneamento e à urbanização de assentamentos precários. O reassentamento da população impactou positivamente nas condições de habitabilidade e vulnerabilidade da população mais pobre, na obtenção do Direito à Moradia e na melhoria da qualidade de vida dos moradores de áreas pobres situadas às margens do Rio Beberibe.

Por fim, este trabalho espera contribuir para a reflexão crítica sobre os processos de intervenções do poder público que resulta em assentamentos de famílias por meio de provisão habitacional. Busca-se incentivar a análise dessas intervenções a fim de compreender melhor os desafios e limites para a promoção do acesso aos direitos para a população impactada e estimular a realização de novas pesquisas de temáticas semelhantes.

2. Programas de Políticas Públicas para redução de desigualdades socioespaciais no Rio Beberibe

No tópico a seguir, serão apresentadas as ações do Poder Público por meio de Programas de Políticas Públicas na Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe, ligados principalmente ao saneamento básico, precedentes à execução do Programa Prometrópole. Explana-se ainda sobre as demandas que fomentaram a criação, os objetivos e a justificativa do Programa supracitado, descrevendo o processo de implementação e seus percalços.

2.1 PQA e Prometrópole: programas de urbanização no Rio Beberibe

A respeito da implementação dos programas, é imperioso observar que, no âmbito federal, existe uma convergência entre a busca pela solução do “problema” da favelização e as diretrizes da agenda das agências multilaterais como o Banco Mundial, principal financiador das iniciativas que serão aqui abordadas. Com isso, nota-se que a consolidação de Políticas Públicas Sociais ganha espaço em países em desenvolvimento quando ‘apoiados’ pelas contribuições internacionais dessas mesmas agências (DENALDI, 2003).

Outrora conhecido pela qualidade de suas águas que abastecia boa parte da região do entorno dos municípios de Recife e Olinda, o Rio Beberibe passa a dar lugar a um cenário de degradação ao longo da ação de ocupação do solo devido a sua localização no centro da Região Metropolitana do Recife (RMR), palco de intenso processo de urbanização (Agência Condepe/FIDEM, 2011).

Nesse contexto, dentre as ações do Estado sobre as condições urbanas na área da Bacia do Rio Beberibe durante a década de 1980, ganhava destaque o “Projeto Beberibe” que tinha como objetivo a Retificação do Rio como solução para as cheias motivadas por aterramentos inadequados (Bautista, Soeiro, Nascimento, 2016). Entretanto, o projeto não obteve êxito, uma vez que nunca foi concluído.

Surge nessa conjuntura, o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU, através de financiamento feito pelo Banco Mundial ao governo estadual, visando “investir em ações integradas de desenvolvimento das cidades de médio e pequeno porte do estado” (Maranhão, 2011; Cabral, 2013). Em 1995, o PEDU transmutava-se no Programa de Qualidade de Águas - PQA (Cabral, 2013).

Este último, elaborado pelo Governo do Estado, foi oficialmente denominado Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica das Bacias dos Rios Beberibe, Capibaribe, Jaboatão e Ipojuca – PQA/PE e realizou investimentos, intervenções e

estudos no campo do saneamento básico. Sua atuação perdurou entre os anos de 1996 a 1999 (Prometrópole, 2010).

Através das pesquisas realizadas no âmbito do programa foi constatado que os esgotos residenciais eram a principal fonte poluidora dos recursos hídricos supracitados. O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – CONDERM apontava a Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe – BHRB como objeto de intervenção por ser uma área urbana com a maior concentração de assentamentos precários de baixa renda em áreas de risco, morros e alagados, com cerca de 7.300 habitantes/km², desprovidos de infraestrutura e saneamento às suas margens.

Nesse contexto, surge o Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) — Prometrópole, cujos executores e co-executores eram: o Governo do Estado através das entidades Agência CONDEPE/FIDEM (Agência de Desenvolvimento), Companhia Estadual de Saneamento – COMPESA, Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco S/A - EMHAPE e SEIN, bem como a Unidade Executora Municipal de Recife por meio da SANEAR – Autarquia de Planejamento e Secretaria de Planejamento Participativo e a Unidade Executora Municipal de Olinda, no âmbito da Secretaria de Planejamento. Como objetivo geral, o Programa tinha intenção de:

“[...] promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário das áreas onde estão concentradas as comunidades mais pobres da Bacia do Beberibe, nos municípios de Recife e Olinda, contribuindo para a redução de pobreza e para a melhoria na qualidade ambiental da Região Metropolitana do Recife” (Prometrópole, 2010).

O investimento de recursos para o programa foi financiado pelo BIRD (ou Banco Mundial), através de um empréstimo feito ao Governo do Estado de Pernambuco, assinado em 24 de Abril de 2003 e efetivado em 09 de Outubro de 2003 (Prometrópole, 2010).

Em 18 de Setembro de 2003, foi decretada pelo Governo do Estado, a Lei Ordinária nº 12.425, que “dispõe sobre a gestão e execução do Programa Prometrópole”, definindo a estrutura organizacional dos órgãos constituintes (Pernambuco, 2003).

Posteriormente, no ano de 2004, é criada na cidade do Recife a Lei Nº 16.947/04, regulamentada pelo Decreto 20.728/04, a qual “dispõe sobre a estrutura de gerenciamento da Unidade Executora Municipal do Recife do Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife – Prometrópole”, sendo

responsável pelas ações executadas no Recife, e ordenando sobre a estrutura de gerenciamento e execução (Recife, 2004).

Do total do empréstimo, US\$ 46,0 milhões foram investidos pelo BIRD (53%), US\$19,8 milhões eram contrapartida do Estado de Pernambuco (23%), US\$13,5 milhões do Município de Recife (16%) e US\$6,9 milhões do Município de Olinda (8%), totalizando US\$ 86,2 milhões (Prometrópole, 2010).

Inicialmente, o Programa teria a duração de cinco anos, com sua operacionalização dividida em duas fases distintas. Na fase I, com duração de três anos, seriam concluídas as atividades de Planejamento para todas as áreas de baixa renda inseridas no perímetro de intervenção no Prometrópole. A fase II foi dedicada essencialmente à execução das obras, iniciando-se com as experiências do pós-obra (Cabral, 2013).

Devido a atrasos nas obras e dificuldades no repasse dos recursos, o contrato que estava previsto para durar cinco anos estendeu-se para sete anos, tendo o seu encerramento em setembro de 2010. Houve, portanto, a necessidade de realização de termos aditivos de prazo e de incrementos financeiros nas contrapartidas. As constantes paralizações motivadas pela queda do valor do dólar e esvaziamento de recursos culminaram no investimento total de US\$ 120 milhões. As Contrapartidas - Governo do Estado totalizaram US\$ 46,7 milhões, da Prefeitura do Recife, US\$ 16,1 milhões e da Prefeitura de Olinda, US\$ 16,6 milhões, enquanto o financiamento de US\$46 milhões do Banco Mundial não sofreu alteração (Maranhão, 2011).

O objetivo inicial era de que cerca de 35.000 famílias em 13 localidades pobres da Bacia fossem beneficiadas em áreas dos Municípios de Recife e Olinda. Para isso, estavam previstas ações integradas de infraestrutura urbana locais de saneamento (água, esgotamento, resíduos sólidos), sistema viário, habitações para reassentamento, equipamentos sociais e de lazer (Prometrópole, 2010).

O Programa abrangia ainda a requalificação no Sítio Histórico Matadouro de Peixinhos, requalificação da Av. Presidente Kennedy e a implantação da Av. Professor José dos Anjos (Av. Beira Canal Vasco da Gama/Arruda), bem como a implantação dos Parques Beberibe e Parque Nascedouro de Peixinhos nas marginais do rio (Prometrópole, 2010; Condepe/Fidem, 2011). Segundo a Agência Condepe/Fidem (2011) previam-se ainda obras de pavimentação, drenagem, terraplanagem, contenção de encostas, melhoria no atendimento de serviços públicos para as comunidades e mecanismos de regularização fundiária, podendo ser visualizados os objetivos específicos na tabela 03.

Tabela 3: Melhorias na infraestrutura divididas em categorias

Categorização	Melhoria da infraestrutura Supra-Local na Bacia do Beberibe	Melhoria da infraestrutura local em áreas de baixa renda
Acessibilidade	Implantação do Sistema Viário supra-local na bacia do Beberibe.	Melhorias nos acessos (abertura e melhoria de vias, escadarias e vias de pedestres).
Saneamento Básico	Melhoria do Abastecimento de água e implantação de Macro drenagem nas áreas do Programa.	Micro drenagem, implantação e recuperação de redes de água e esgoto, melhoria dos sistemas de coletas e resíduos sólidos, contenção de encostas.
Equipamentos Sociais e de Lazer e Reassentamento	Implantação do Parque Nascedouro de Peixinhos e do Parque Beberibe.	Implantação de equipamentos sociais (ampliação de escolas, creches, posto de saúde, terminal de ônibus, entre outros), implantação e reabilitação de praças/espços livres para atividades comunitárias e lazer, reassentamento.
Infraestrutura Urbana	-	Iluminação pública; Implantação de infraestrutura Urbana Integrada nas UEs 04, 08, 17, 19, 20, 21 e 23-Campo Grande em Recife e nas UEs 07, 12, 13, 15 e 17-Passarinho em Olinda.

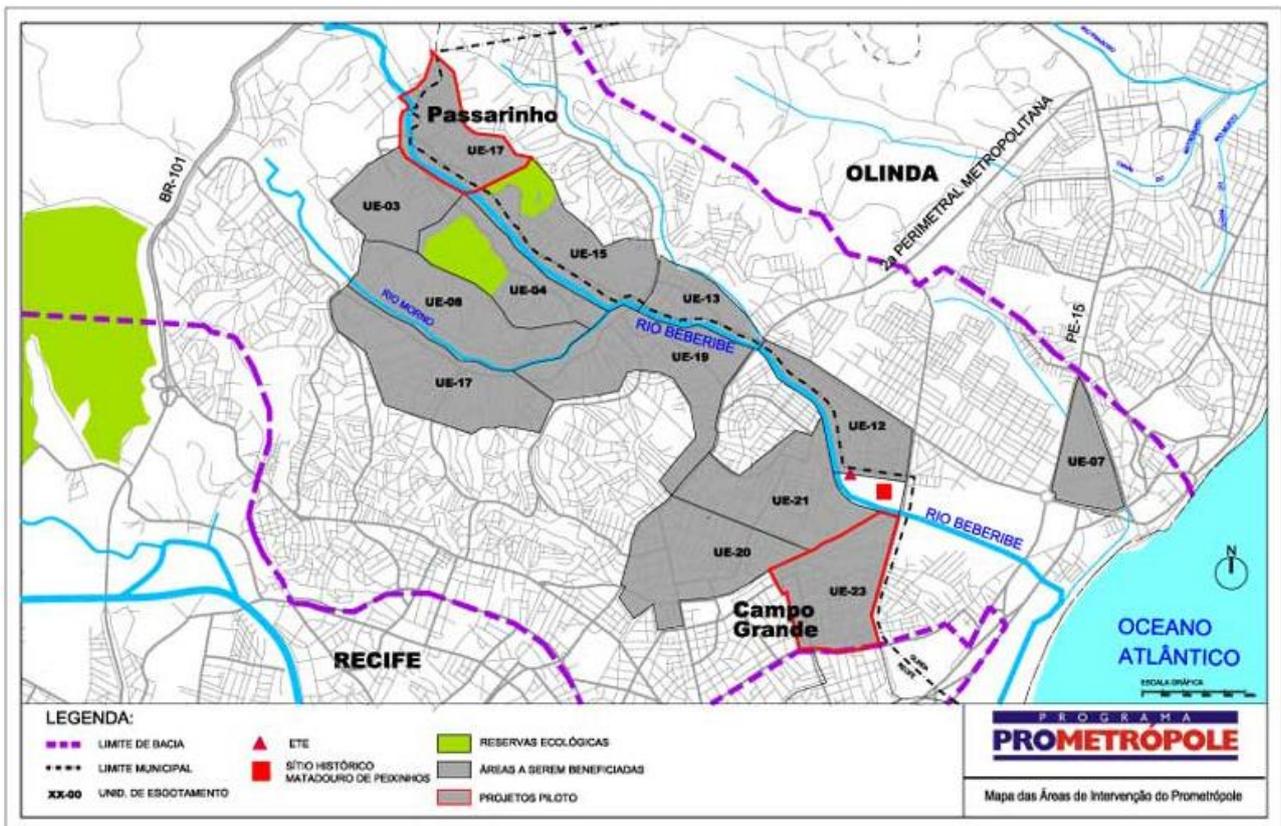
Fonte: Elaborada pela autora com informações da Condepe/Fidem, 2010 e Gondim, 2009.

Dentre as 13 comunidades que compuseram o escopo do Programa, a ZEIS Campo Grande, no Recife e Passarinho, em Olinda foram as duas áreas selecionadas para o projeto piloto. Segundo Condepe/Fidem (2000 *apud* Gondim, 2019), a escolha dessas

localidades devia-se à amplitude territorial local, a primeira por estar situada em uma área de planície, às margens do rio, e a segunda, em uma área de morro.

No mapa abaixo (figura 01), destacam-se em cinza as áreas objeto das intervenções divididas em 13 Unidades de Esgotamento - UE, na mesma forma e limites definidos pelo “Estudo de Esgotamento Sanitário” elaborado pelo PQA no desenvolvimento de suas pesquisas. Segundo a Condepe/Fidem (2011), conforme essa divisão, não apenas os moradores das áreas pobres seriam beneficiados, mas todo o contingente populacional que compunha a UE.

Figura 1: Mapa das UEs de intervenção do Prometrópole com destaque para projetos piloto



Fonte: Condepe/Fidem, 2011.

Inicialmente, o projeto compreenderia 13 UEs, sendo 8 em Recife e 5 em Olinda. Entretanto no 3º Termo Aditivo, ao acordo de empréstimos, foram incluídas mais duas UEs em Olinda: a UE - 11 – Azeitona, para obras de infraestrutura com recursos do PAC; e a UE – 20 – Sítio Novo, por ser objeto de intervenção pelo Governo do Estado, devido implantação da arena multiuso para Copa de 2014 (Portais Governo, 2010).

Em meados de 2008, o Prometrópole passou a receber também financiamento do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, que aportou recursos em dois principais eixos de intervenção: o de saneamento integrado e o de urbanização de assentamentos precários (PAC-UAP) (Gondim, 2019). A razão para o complemento de recursos pelo PAC justificou-se pelo esgotamento dos recursos provindos do Banco Mundial e descompassos entre os recursos planejados e efetivamente recebidos pela variação do câmbio, como explicado anteriormente.

A respeito do PAC, a pesquisa elaborada pelo Observatório das Metrôpoles traz uma análise aprofundada de sua atuação na vertente da Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), no Brasil resultando em relatórios e em dois livros. Segundo dados do relatório preliminar do PAC, sobre a sua atuação no Recife, nota-se que as experiências locais com os programas Promorar e o Projeto Recife não foram suficientes para implementá-lo com arranjos institucionais específicos (Moraes, Miranda, Souza, 2018). Portanto, o Programa encarregava-se de viabilizar ou dar continuidade às ações de programas anteriormente implementados, tais como Projeto Capibaribe Melhor, Programa Habitat Brasil-BID e o Programa Prometrópole. No caso do Prometrópole, o foco do financiamento do PAC foi para viabilizar as seguintes intervenções:

- “Urbanização Integral com ações em assentamentos menores”;
- “Urbanização parcial de vários assentamentos, integrantes das UEs, relacionadas a saneamento”;
- “Provisão habitacional para reassentamentos integrais em função do risco ambiental, conflitos fundiários e/ou obras de infraestrutura” (Moraes, Miranda, Souza, 2018).

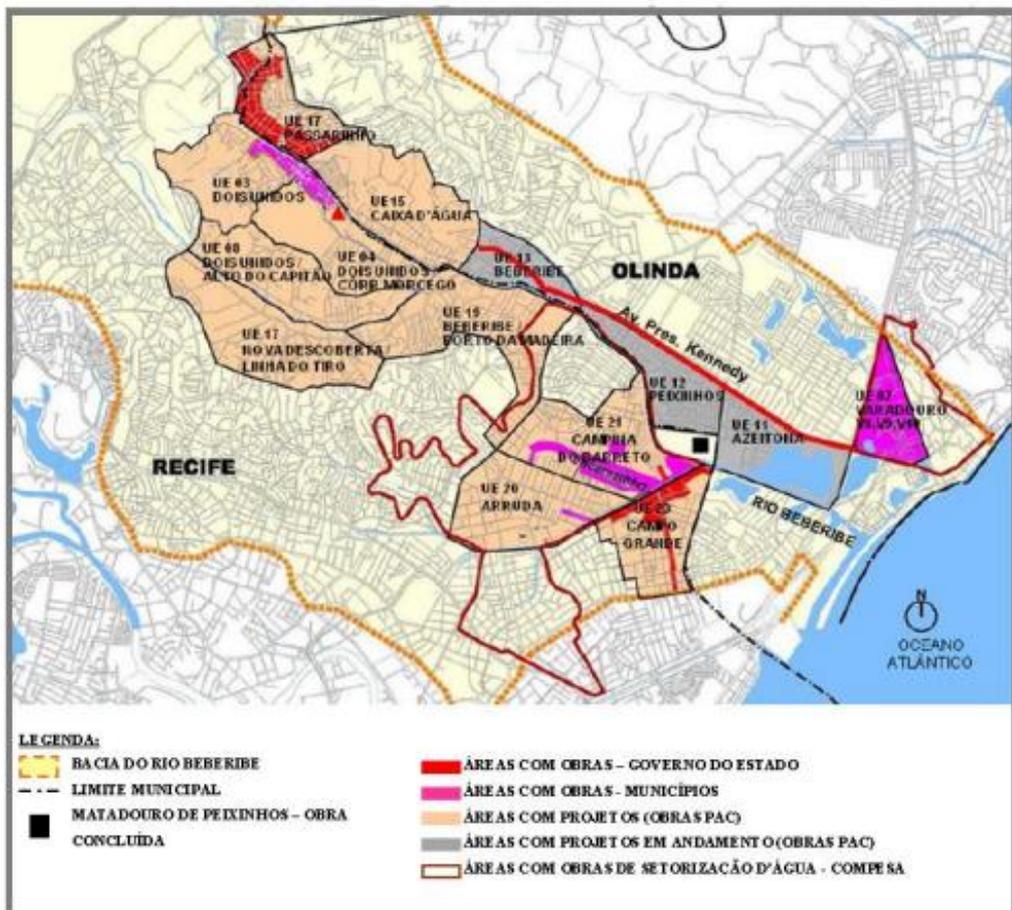
Portanto, Moraes, Miranda, Souza (2018) apontam que, apesar dos assentamentos precários serem prioritários para intervenções no âmbito do PAC-UAP, a base de referência espacial do projeto são as sub-bacias, ou seja, Unidades de Esgotamento – UE. Assim, os projetos implementados pelo PAC-UAP no Prometrópole foram: a Bacia do Beberibe – as Unidade de Esgotamento 03, 04, 08, 17, 19, - esta última compreende os bairro de Beberibe e Porto da Madeira, onde situa-se o objeto de estudo - 20 e 21 e a Bacia do Beberibe II pelo Município; e o projeto da UE-23, que engloba as comunidades do Capilé e Saramandaia (Moraes, Miranda, Souza, 2018).

Para programas como o Prometrópole, pelo significativo volume de recursos e escala de intervenções, o PAC representou uma oportunidade de prover regularização urbanística e provisão habitacional de parte dos assentamentos precários do tipo favela

no Recife (Moraes, Miranda, Souza, 2018). Os investimentos feitos pelo PAC-UAP associados ao Prometrópole, ainda em 2008, é detalhado por Gondim (2019) que ressalta a sua distribuição nos campos de drenagem, saneamento integrado e urbanização de favelas:

“a intervenção passou a ser concebida, em anos posteriores, como PAC Beberibe/Prometrópole, avançando, ainda que de forma inicial, na construção de conjuntos habitacionais para os moradores das áreas ribeirinhas, realização de desobstrução, alargamento e drenagem do curso do Rio Beberibe - mas também no rio Morno e seus afluentes, em especial os canais do Arruda e da Malária” (Gondim, 2019, p. 133).

Figura 2: Áreas de Intervenção do Prometrópole após financiamento do PAC



Fonte: Maranhão (2011) e Gondim (2019).

Para efetivação dessas ações, o investimento médio de recursos por intervenção no município de Olinda era de R\$ 50 a 70 milhões. No entanto, o município de Recife, apesar de deter o menor quantitativo de ações, apresenta recursos que superam os 100 milhões em duas das três ações em execução no período vigente, chegando, em alguns casos no período que sucede o Prometrópole, à casa dos 160 milhões. Já o Governo do Estado teve ações nas áreas de Plano-piloto, (na UE-17, Passarinho – Olinda e UE – 23, ZEIS

Campo Grande - Recife, além das obras na requalificação da Av. Presidente Kennedy) (Gondim, 2019).

Nesse contexto, conforme aponta Gondim (2019), os investimentos do PAC no período que ainda atuava o Prometrópole superam as proposições do Programa, onde as ações espraiam por diversos territórios da Bacia, executando ações de saneamento integrado, melhorias ambientais, provisão de moradias até construção e pavimentação de vias públicas.

Em 2012, o Programa Prometrópole é encerrado e suas obras finalizadas. Assim, os resultados das ações e sua avaliação foram amplamente divulgados (Gondim, 2019). Constam na tabela a seguir as atividades concluídas pelo Programa, segundo o site Portais Governo – Programa Prometrópole (2010):

Tabela 4: Atividades concluídas do Programa Prometrópole

Projeto	Área de Intervenção	Objetivo	Executor	Valor
Projeto de Redução de Pobreza de Áreas Urbanas Carentes do Município de Olinda – Comunidade Viva	Comunidades de Passarinho, Caixa d'Água, Beberibe, Peixinhos, Azeitona e Varadouro.	Redução da pobreza urbana e da vulnerabilidade social através de ações de urbanização de favelas; fortalecimento e da participação da sociedade civil organizada e do diálogo com o projeto e o poder público; melhoria dos indicadores de trabalho e renda, com atenção à questão de gênero.	FUNDAÇÃO AVSI	Valor Total do Projeto: € 936.665,41 Estado: € 100.000,00 Fundação AVSI: € 85.458,82 União Europeia: € 700.383,06 CDM (Ong): € 50.823,53
UE's 04, 08, 17 e 19 – Recife	Bairros de Dois Unidos/ Córrego do Morcego, Dois Unidos/ Alto do Capitão, Nova Descoberta e Beberibe/Porto da Madeira, respectivamente	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado, do Plano de Trabalho Social (PTS) e dos Projetos de Saneamento Integrado – PSI.	-	Recursos do PAC.
UE's 11 , 12 , 13, 15 e 20 – Olinda	Bairros de Azeitona, Peixinhos, Beberibe, Caixa D'Água e Sítio Novo, respectivamente.	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado, do Plano de Trabalho Social (PTS) e dos Projetos de Saneamento Integrado – PSI.	-	Recursos do PAC.

Obras de Setorização do Elo Alto do Céu – COMPESA	Distritos 17A, 17B e 21 da rede de distribuição de água do Recife.	Implantação de três macro-medidores de vazão em cada setor; Setorização da rede distribuidora, com substituição de tubulações antigas com transporte comprometido e ampliação de redes em novas áreas – total: 61.151m de rede; Complementação dos anéis principais de distribuição em cada setor.	Executor: COMPESA; Empresa Contratada: Siena Engenharia Ltda.	Valor Total da Obra: R\$ 8.701.298,14
Obras de Urbanização Unidade de Esgotamento (UE) 07 – Varadouro / Olinda	UE 07 – Varadouro /Olinda	Construção de 128 unidades habitacionais para reassentamento; Sistema de Macro-Drenagem; Drenagem e terraplenagem; Implantação e pavimentação de vias; Trecho do Parque ao longo do Canal da malária; Escritório local.	Executor: UEM - Prometrópole - Olinda / Empresa Contratada: DELTA Construções S.A./ Schahin Engenharia S/A	Recursos Contrapartida (OGU); Valor Total (contrato+aditivo): R\$ 19.917.868,92
	-	Construção de 103 unidades habitacionais para reassentamento; Sistema de abastecimento de água; Sistema de esgotamento sanitário; Sistema de drenagem; Terraplenagem; Implantação e pavimentação de vias.	Executor: UEM - Prometrópole - Olinda; Empresa Contratada: Consórcio Rocha; Camilo Brito	-

<p>Urbanização do Canal Vasco da Gama/Arruda, trecho Capilé, UE 23 – Campo Grande – Recife</p>	<p>Área de intervenção: 7,7 ha</p>	<p>Construção de 179 unidades habitacionais; Construção de ponte sobre o canal Vasco da Gama/Arruda; Construção de passarela sobre o canal Vasco da Gama/Arruda; Melhoria do sistema de abastecimento d'água; Implantação do sistema de esgotamento sanitário; terraplanagem, drenagem e pavimentação de vias; Prolongamento da Av. Prof. José dos Anjos (trecho compreendido entre a Rua Jerônimo Vilela e a Rua Farias Neves). Serão beneficiados, diretamente, 3.510 habitantes.</p>	<p>Executor: Agência Condepe/Fidem - UT PROMETRÓPOLE Empresa contratada: DELTA Construções S.A.</p>	<p>Valor total da obra (contrato + aditivo): R\$ 15.044.566,28</p>
<p>Urbanização do Canal Vasco da Gama/Arruda, trecho Saramandaia, UE 23 – Campo Grande – Recife</p>	<p>Área de intervenção: 3,8 ha</p>	<p>Construção de 300 unidades habitacionais; Construção de Estação Elevatória de Esgoto; Construção de pontilhão sobre o Canal da Rua Farias Neves; Construção de travessia do emissário de recalque sobre o canal Vasco da Gama/Arruda; Melhoria do sistema de abastecimento d'água; Implantação do sistema de esgotamento sanitário; Pavimentação, drenagem e terraplenagem de vias; Construção de escritório local e campo de futebol; Prolongamento da Av. Prof. José dos Anjos, que margeia o canal Vasco da Gama/Arruda (trecho entre a Rua Farias Neves e a Av. Correia de Brito).</p>	<p>Executor: Agência Condepe; Fidem - UT PROMETRÓPOLE Empresa contratada: DELTA Construções S.A</p>	<p>Valor total da obra (contrato + aditivo): R\$ 23.174.982,60</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com informações do site Portais Governo, 2010.

Considerando os fatos apresentados, é possível afirmar que, no caso do Prometrópole, as ações do Poder Público financiadas por Agências Multilaterais foram

bem-sucedidas na melhoria das condições de vida da população mais pobre. Além de buscar a redução da pobreza e a melhoria da qualidade ambiental, o Programa desempenhou um papel crucial no aprimoramento da infraestrutura urbana em áreas carentes, por meio de intervenções diversas nas cidades de Recife e Olinda. Assim, apesar dos entraves relativos aos recursos, houve avanços significativos, especialmente no que diz respeito ao saneamento e à urbanização de assentamentos precários, além da promoção da provisão habitacional.

3. Comunidades Portão do Gelo e Miguel Arraes: da ocupação ao reassentamento

Este capítulo tratará do histórico das comunidades objetos de estudo, desde a formação até o processo de realocação dos moradores para os conjuntos habitacionais. Busca-se, além disso, compreender e analisar os resultados e apreender ainda a visão dos realocados e as formas de apropriação de moradia.

3.1 O Reassentamento: Uma história de dispersão

A área de estudo, cuja delimitação ocupa a extensão da margem do Rio Beberibe nos bairros de Beberibe e Porto da Madeira possui cerca de 40 km² e situa-se na Zona Norte Recife, na Região Político-Administrativa 2 (RPA -2). Abrangendo as comunidades popularmente conhecidas como Miguel Arraes, no trecho entre as Ruas Cidade do Monteiro e Rua Dalva de Oliveira e a Beira Rio, localizada entre a Rua Dalva de Oliveira até Rua Compositor Vinícius de Moraes na altura do Portão do Gelo (figura 03). Todavia, segundo dados do Atlas da Infraestrutura Pública em Comunidade de Interesse Social - CIS do Recife, as comunidades são denominadas, respectivamente, Vila Miguel Arraes e Portão do Gelo, nomenclaturas que serão aqui adotadas (Prefeitura do Recife, 2024).

Figura 3: Mapa das Comunidades inseridas nos Bairros



Legenda:

Comunidades de Interesse Social - Objetos de Estudo

- Portão do Gelo
- Vila Miguel Arraes

Hidrografia

- Rio Beberibe
- Rio Morno

Bairros

- BEBERIBE
- PORTO DA MADEIRA



0 250 500 750 m



Fonte: Autoral com Informações da Prefeitura do Recife (2024)

Conforme entrevistas concedidas pelos moradores, supõe-se que ambas as comunidades se formaram por volta dos anos 1990, - época em que a maioria muda-se para a área -, através da ocupação da marginal do Rio Beberibe por cidadãos vindos de várias comunidades do entorno dos bairros supracitados. Tal conduta ocorria principalmente devido à dificuldade de aquisição de moradia, por não disporem de condições para aquisição de casa própria ou de integrarem o mercado de aluguel.

A entrevistada 10³ relata que, antes de haver uma grande quantidade de habitações na Comunidade Portão do Gelo (figura 04 e 05), o rio Beberibe não apresentava tantos sinais de poluição, às margens do qual as crianças da área brincavam e alguns moradores utilizavam o espaço como quintal de suas casas, onde sua família plantava hortaliças. Apesar da proximidade, os moradores não possuíam laços identitários ou relação de subsistência com o Rio, seu vínculo resumia-se exclusivamente à necessidade de ocupar espaços para construir suas moradias. Devido à falta de acesso à infraestrutura urbana, esta ocupação resulta na degradação dos afluentes em consequência do lançamento de esgotos domésticos.

Figura 4: Comunidade Portão do Gelo em 2009

Figura 5: Comunidade Portão do Gelo em 2013



Fonte: Google Earth (2024)

Fonte: Google Earth (2024)

A entrevistada 9⁴ afirma que, na Vila Miguel Arraes (figura 06 e 07), muitos moradores pertenciam a duas principais famílias que se tornaram bastante numerosos e, juntamente com a chegada da população que vinha de outras áreas, expandiu-se o número de habitações. Quando questionada sobre a motivação para vir para essa área especificamente, além da falta de opção de moradia, a entrevistada 10 afirma que sua família tinha intenção de fugir da violência da comunidade de onde vinha antes, buscando

³ A Entrevistada 10 (43 anos, moradora do Conjunto Residencial Eneroth Coutinho) residiu previamente na Comunidade Portão do Gelo. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 08 de Maio de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre a formação da comunidade e o processo de reassentamento.

⁴ A Entrevistada 9 (41 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe I) residiu previamente na Comunidade Vila Miguel Arraes. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 16 de Setembro de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre a formação da comunidade, o processo de reassentamento, o Programa Prometrópole e o CRBI.

algo melhor e mais espaço. No caso desta moradora, mesmo chegando a Miguel Arraes em um período em que a favela já tinha muitas habitações construídas, sua família conseguiu comprar um terreno maior que o anterior onde moravam. Na imagem a seguir, é possível observar a Vila Miguel Arraes, no trecho entre a margem do Rio Beberibe na área superior e Conjunto Habitacional João Paulo II.

Figura 6: Vila Miguel Arraes em 2009



Fonte: Google Earth (2024)

Figura 7: Vila Miguel Arraes em 2013



Fonte: Google Earth (2024)

Conforme a área consolidava-se como opção de moradia, ocorria o processo de adensamento habitacional, o que reduzia as vias de locomoção dos moradores, que se davam através de becos e ruelas estreitas sem estrutura ou asfaltamento. Os moradores não dispunham de acesso aos serviços de coleta seletiva e esgotamento sanitário, que supriam recorrendo ao despejo de lixo, móveis, animais e dejetos sem tratamento diretamente no rio.

Com o passar dos anos e aumento da população, as habitações foram invadindo e reduzindo o espaço do leito do rio, sucedendo no início de inundações e agravando a situação de vulnerabilidade das famílias, que perdiam móveis, documentos, roupas, alimentos, entre outros itens, todos os anos. Assim como na maior parte da Região Metropolitana recifense, os períodos chuvosos eram a principal dificuldade enfrentada, tornando-se uma adversidade que se tornou comum a todos no bairro.

Durante o período em que residiram nas comunidades, em ambas as áreas, os moradores relatam viver em condições insalubres de habitabilidade em residências com escassas condições de infraestrutura, constituídas, inicialmente, de materiais como tábuas de madeira, taipa, lona, plástico e papelão, diversas delas com apenas um cômodo, abrigando famílias de cerca de cinco membros. Posteriormente, no Portão do Gelo, a maior parte dessas famílias conseguiu fazer melhorias nas suas habitações,

substituindo-as por casas de alvenaria (figura 08 e 09). Na Comunidade Miguel Arraes (figura 10 e 11), as condições de habitação eram mais precárias e, apesar de haver algumas casas de alvenaria, o principal tipo de habitação era barracos de madeira.

Figura 8: Portão do Gelo em 2012

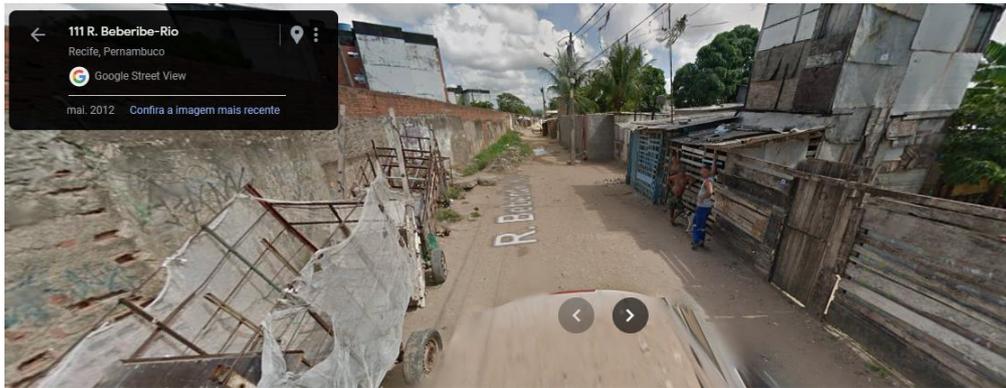


Fonte: Google Streetview (2024)

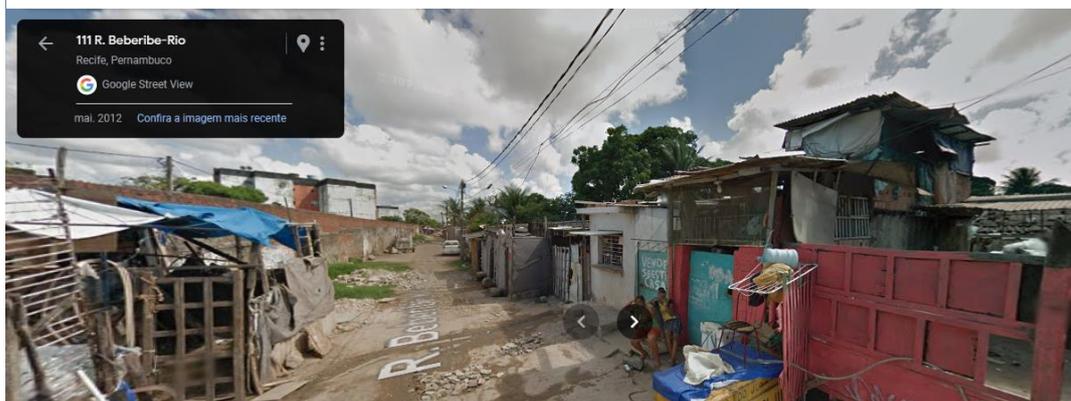
Figura 9: Portão do Gelo em 2015



Fonte: Google Streetview (2024)

Figura 10: Miguel Arraes em 2012

Fonte: Google Streetview (2024)

Figura 11: Miguel Arraes em 2012

Fonte: Google Streetview (2024)

Por não terem acesso ao saneamento básico, os moradores utilizavam-se de uma encanação quebrada que, segundo a entrevistada 09, pertencia à Empresa Antártica, atual Ambev – fabricante de bebidas situada na Av. Presidente Kennedy em Olinda, próximo à comunidade –, através da tubulação situada na Rua Dalva de Oliveira, de onde transportavam água para suas habitações. Já em relação a serviços de energia elétrica, os moradores recorriam a ligações elétricas clandestinas, uma vez que, a maioria era assalariada e não dispunha de condições para pagar pelo serviço. Além disso, devido à grande quantidade de lixo e esgoto a céu aberto, os moradores conviviam com a constante proliferação de animais como ratos, insetos e escorpiões.

Paralelo a isso, as desigualdades sociais refletiam-se no cotidiano de todos do bairro através da materialização em violência urbana, tornando as comunidades, que inicialmente eram um meio de acesso à moradia, lugares inóspitos e temidos pelos

próprios moradores. Este fato está intrinsicamente atrelado à relação de convivência dentro das comunidades, onde os moradores, apesar de conseguirem formar laços de solidariedade e de amizade, não se sentiam seguros devido à ocorrência de mortes e violência causadas pelo tráfico de drogas, resultando em conflitos com outras comunidades próximas. Nesse ínterim, sobre a sua relação com a comunidade, a entrevistada 8⁵ destaca: “(...) A gente falava por educação não pode se juntar. Não tinha, era só o básico do básico mesmo. Porque do jeito que tinha gente certa, tinha gente errada também. Aí a gente evitava.”

O processo de implementação do programa foi muito esperado pelos moradores, já que as comunidades ribeirinhas tinham conhecimento da existência do programa que interviria na área desde o período do mandato do Governador Miguel Arraes (1995 - 1999). Devido existência da demanda de provisão habitacional para realocar os moradores, concomitante ao Prometrópole, o PAC entrou com recursos para construção do Habitacional. Segundo entrevistada 9, moradora que trabalhou dentro do escritório social do Programa Prometrópole – PAC Beberibe:

“(...) quando começou a se fala em Prometrópole, foi bem antes, já existia um projeto desde a época do Governo de Arraes. Então já era algo muito esperado. O Prometrópole foi um resgate desse projeto que já tinha da década de Arraes, foi melhorado, ampliado e trabalhado pelo Governo da época. Mas as comunidades ribeirinhas da época já tinham a ciência de que em algum momento ia existir essa retirada (...), não se sabia se era para ir para algum habitacional ou se era a questão do pagamento da indenização. Foi aí que começou a ter as reuniões dentro da comunidade, o pessoal começou a ir para o Orçamento Participativo pedir para que fosse feito o projeto com habitacional.” (Entrevistada 9, 2024)

A moradora da Vila Miguel Arraes Zuleide Brito foi de extrema importância para esta conquista, atuando como líder comunitária na área e tendo acompanhado o processo desde a fundação da CIS. Dentre os feitos para a comunidade, ela foi responsável por muitos benefícios concedidos aos moradores, destacando-se: auxílio na retirada de documentos e entrada em aposentadorias; organização de mutirões para distribuições de alimentos; organização de uma associação de moradores que a comunidade chegou a ter; realização de conexões com membros de outras comunidades e alguns contatos no meio político. Foi graças a sua orientação que os moradores chegaram ao Orçamento Participativo. A moradora chegou a participar do sorteio das habitações e das visitas

⁵ A Entrevistada 8 (36 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe I) residiu previamente na Comunidade Vila Miguel Arraes. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 16 de Setembro de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre o processo de reassentamento e o CRBI.

técnicas ao habitacional, entretanto veio a falecer meses antes da entrega das unidades e sua casa recebida por seu marido e filho.

Portanto, mesmo que a grande maioria dos moradores não fosse atuante ou que a comunidade não tivesse grande força de articulação política, a conquista do residencial resultou da luta dos moradores em prol do Direito à moradia junto ao Orçamento Participativo, votando na construção de conjuntos habitacionais que abrigariam as famílias. É possível avaliar este fato como um ponto positivo para os moradores e para o Poder Público, pois em razão da necessidade de remoção das casas e do valor de indenização ser irrisório, tornando dificultosa a aquisição de habitações com melhores condições do que as que se encontravam, a provável consequência da remoção com indenização seria a ocupação de outras áreas e formação de novas favelas.

Ainda assim, algumas famílias optaram por receber a indenização, cujo valor padrão era de cerca de R\$ 28.000,00 para todas as residências (informações da entrevistada 6⁶). Segundo a entrevistada 6, mesmo aqueles que possuíam casas maiores preferiram ir para os habitacionais, pois além da impossibilidade de permanência no local e das perdas inestimáveis, o valor de indenização era incompatível com o das habitações, já que, algumas residências receberam melhorias na infraestrutura ao longo dos anos. Dessa forma, algumas famílias que fizeram investimento em suas casas durante o processo precisaram adaptar-se às residências menores nos Conjuntos.

No ano de 2010, foi realizado o primeiro cadastramento que recebeu uma atualização antes do início das obras. Posteriormente, houve a necessidade de mais um cadastro, o qual registrou moradores que passaram a morar na área após o cadastramento inicial e identificou alguns que não estariam aptos a ser incluídos, uma vez que já haviam sido beneficiados com unidades domiciliares através de outros programas em outros municípios. Esta identificação foi possível pois as informações de dados de recebimento de unidades eram cruzadas entre municípios, impossibilitando acúmulo de imóveis entre os beneficiários. Segundo entrevistada 9, houve um aumento bastante considerável na quantidade de famílias nesse intervalo, já que alguns moradores de outras localidades tentavam invadir ou adquirir lotes na área após terem conhecimento de que a comunidade seria urbanizada e realocada para os habitacionais. Após este

⁶ A Entrevistada 6 (42 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe II) residiu previamente na Comunidade Portão do Gelo. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 16 de Setembro de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre o processo de reassentamento e o CRBII.

segundo cadastro, foi realizada ainda outra atualização, sendo estas últimas casas construídas pós-cadastramento removidas sem que seus proprietários tivessem direito a receber habitação.

Nos Conjuntos Habitacionais Beberibe I e II, há, entretanto, moradores de outras áreas que receberam obras do Programa Prometrópole. Em alguns casos, há repasses das habitações para familiares dos moradores titulares ou alocação de moradores do cadastramento extra que foram direcionados para algumas unidades remanescentes.

A entrevistada 9 aponta que, como uma das exigências do Programa Prometrópole – PAC Beberibe, houve a formação da equipe que compunha o escritório social composta por profissionais como assistentes sociais, pedagogos, engenheiros, técnicos em edificações e saneamento, além de duas moradoras de cada uma das comunidades aqui referidas. Além de prestarem serviço ao escritório, as moradoras realizavam o papel de apoio como pessoas de dentro das comunidades, sendo este um dos critérios do Programa. A mesma entrevistada destaca que foi convidada a compor a equipe por ter conhecimento da área de intervenção e ter participado da primeira etapa do Programa, momento em que houve a realização do cadastramento da zona norte, cerca de dois anos antes do início do projeto. Após desempenhar a função por cerca de três anos no escritório social, acompanhar a entrega de diversos habitacionais e das reuniões precedentes ao reassentamento, no ano seguinte, ocorreram as eleições e outra equipe assumiu. Entretanto todas as unidades da RPA-2 já estavam sorteadas e as famílias aguardavam apenas a entrega dos habitacionais que estavam em fase de acabamento.

A equipe social era responsável pela realização de reuniões e visitas às áreas e prestou suporte técnico aos moradores, sendo todos os componentes vindos de bairros adjacentes. As reuniões eram realizadas tanto dentro das comunidades como no escritório social, as quais, em cada uma delas, participavam os técnicos e representantes da Prefeitura necessários para tratar de assuntos referentes ao processo de realocação. Estas reuniões ocorreram até a entrega do habitacional e foram imprescindíveis à adaptação das famílias, permitindo aos moradores estarem inteirados de todas as etapas do processo através da apresentação das propostas do programa. Além disso, eram nessas reuniões onde se realizavam todas as importantes decisões junto aos moradores, desde sorteio das unidades, blocos e dos Conjuntos até a entrega das chaves e palestras de educação ambiental, regras de convivência e regulamentação legal.

Devido à impossibilidade de permanência de todos os moradores em um mesmo conjunto, estes foram distribuídos entre os diversos habitacionais construídos por meio do

Programa Prometrópole com recursos do PAC. Portanto, além dos Conjuntos Residenciais Beberibe I e II, que serão objetos de análise do presente estudo, muitos moradores originários das comunidades aqui estudadas foram direcionados para o Conjunto Residencial Naná Vasconcelos, no Bairro de Linha do Tiro, Conjunto Residencial Eneroth Coutinho, no Bairro Porto da Madeira, e a maior parte foi alocada no Conjunto Habitacional Miguel Arraes, no Bairro de Passarinho, Olinda - PE. Através de entrevistas, a dispersão dos moradores foi apontada como um dos pontos negativos do processo de realocação, o que causou fragmentação da comunidade, cujos laços de solidariedade foram rompidos.

Conforme relatos da entrevistada 9, os terrenos onde atualmente estão localizados os Conjuntos foram adquiridos nas adjacências da comunidade na tentativa de manter ao máximo a proximidade com o local de origem de cada morador. Conforme informações do site Informações Geográficas do Recife (ESIG) (2023), os lotes se localizam a cerca de 300m de onde eram as comunidades e, também conforme entrevistada 9, foram comprados e desmembrados pela Prefeitura do Recife.

Como citado anteriormente, a distribuição das casas, blocos e conjuntos para os quais os moradores seriam realocados realizou-se por meio de sorteios visando uma divisão justa. Houve, entretanto, critérios na tentativa de melhor adaptar e garantir a segurança dos moradores como: manter familiares que moravam próximos, no período da comunidade, nos mesmos conjuntos; dar preferência a idosos ou pessoas com problemas de mobilidade nos pavimentos térreos, quando sorteados para edificações com mais de um pavimento; e garantir o direito de realizar trocas entre os habitacionais para moradores que tinham problemas na comunidade devido ao tráfico de drogas, transferindo-os para outros habitacionais dentro ou fora dos limites da RPA-2.

Apesar de não ser objeto dessa análise, é imperioso destacar que parte da população realocada para o Conjunto Habitacional Miguel Arraes em Passarinho, Olinda – PE, que residia em ambas às comunidades, enfrentou grandes dificuldades para se adaptar à vida no habitacional, uma vez que este conjunto está localizado em um bairro que carece de infraestrutura e integração à malha urbana, distante da área de origem e que foi o destino de outras duas comunidades de outras áreas.

Conforme informações obtidas com a entrevistada 10, muitas famílias que foram realocadas para este conjunto juntamente com moradores de outras áreas, - alguns dos quais foram removidos do espaço em que hoje funciona a Escola de Referência em Ensino Médio Professor Estevão Pinto, Av. Presidente Kennedy, próximo ao local da

comunidade -, retornaram para a área de origem e invadiram o trecho oposto da margem onde estavam localizados anteriormente. Segundo entrevistada 10, sobre a formação de uma nova favela na área:

“(…) As pessoas que, algumas já tinham ganhado o habitacional de Passarinho, não foram para Passarinho, alguns venderam e acabaram se juntando com outras pessoas, de outros locais e invadiram ali o Jacarezinho e construíram mais uma favela no Jacarezinho (…) Também (há moradores) do Estevão Pinto, que eles invadiram o Estevão Pinto. Mas não só tem gente dali, tem gente sim, que morava na Miguel Arraes.” (Entrevistada 10, 2024)

Como resultado, formou-se a favela conhecida como Jacarezinho (figuras 12 e 13), na marginal oposta à área anteriormente ocupada, agora na cidade de Olinda - PE, local em que as obras do Prometrópole não foram concluídas, numa manutenção do ciclo de ocupação. Ainda segundo entrevistada 10, a respeito da dificuldade de adaptação dos moradores:

“Aqueles povos da Miguel Arraes, eles todos foram para lá para Passarinho. E aí, algumas pessoas não queriam, porque uns estavam acostumados a ficar na ponte, pra tá ganhando as coisas das pessoas, em final de ano. Estavam acostumados a não correr para batalhar, para trabalhar, para tá lá realmente vivendo na dependência de doações. E lá em Passarinho, a gente não vê isso, não tem essa ajuda de doações. Como eu te falei, é um bairro bem mais carente do que aqui. Então não tem esse acesso todo para eles que a gente vê por aí. Aí uns venderam, outros deixaram lá, acabaram deixando para algum filho ou algum parente e foram se juntando com outras pessoas daí do Estevão Pinto e invadiram ali, construíram.” (Entrevistada 10, 2024)

Figura 12: Situação atual, vista do rio e favela Jacarezinho na margem de Olinda - PE



Fonte: Autoral (2024)

Figura 13: Situação atual, vista do rio e favela Jacarezinho na margem de Olinda - PE



Fonte: Autoral (2024)

3.2 A Nova Moradia: os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II

Os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II foram entregues em Novembro de 2015, pela Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Saneamento – SESAN (Recife, 2015), como parte da obra que tinha como objetivo o projeto de Saneamento Integrado do PAC Beberibe. Segundo a Prefeitura do Recife (2015), o primeiro Conjunto entregue teve orçamento de 2,3 milhões de reais, impactando diretamente na qualidade de vida dos cerca de 100 moradores que se mudaram para o Conjunto, enquanto o segundo beneficiou 35 famílias.

Segundo entrevistada 1⁷, o processo de construção e reassentamento durou cerca de dois anos e meio. Na comunidade Portão do Gelo, algumas famílias precisaram ser removidas antes de receber o habitacional, recebendo o valor de R\$ 200,00 referente ao auxílio moradia. Por ser insuficiente para suprir o valor de aluguel na área, os moradores precisaram mudar-se para casas de parentes ou pagarem aluguel em outras favelas. Já na Vila Miguel Arraes, os moradores permaneceram na área e a remoção das casas foi realizada cerca de uma semana após a mudança para os Conjuntos.

O processo de mudança foi assistido pela Prefeitura que alugou caminhões e vans para trazer os móveis e as famílias para as novas casas. É possível afirmar que foi extremamente impactante para as famílias e houve resistência para adaptarem-se às novas regras de convívio e forma de moradia.

Quando questionados se as propostas de intervenção urbanísticas do Programa para Comunidade foram apresentadas aos moradores e se eles concordaram ou tiveram espaço para opinar, as opiniões são diversas. A partir dos relatos dos dez entrevistados, nota-se que as propostas foram acatadas, mas existe uma parcela que parece não ter conhecimento do que se tratava o programa em si ou não ter compreendido algumas propostas. Apenas uma deles não soube responder, pois não era a responsável pela residência. Entretanto, a entrevistada 10, afirma que houve várias reuniões em que explicou-se de que se tratava o projeto, sobre a questão da convivência e que a população optou por reassentamento no habitacional. A entrevistada 9 afirma que, além disso, a opinião da comunidade sempre foi ouvida e todo o projeto foi apresentado aos

⁷ A Entrevistada 1 (50 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe I) residiu previamente na Comunidade Portão do Gelo. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 14 de Julho de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre a formação da comunidade, o processo de reassentamento e o CRBI.

moradores, incluindo os desenhos técnicos e croquis, nas reuniões supracitadas. Além disso, muitas coisas haviam sido votadas pelos próprios moradores no Orçamento Participativo. Ainda segundo a entrevistada, após a retirada da comunidade Miguel Arraes, houve ainda solicitações junto ao Orçamento Participativo dos residentes do Bairro para construir uma área de lazer na área em que a comunidade ocupava.

Sobre as visitas técnicas realizadas pela equipe social pós-entrega, quatro dos nove entrevistados⁸ afirma que as visitas não ocorreram, dois afirmam que ocorreram, um afirma que ocorreram, mas que não participou e um não soube responder. Quando questionada sobre como se deram essas reuniões, a entrevistada 9 afirma que, quando ocorreram já não pertencia à equipe do escritório social e que as dinâmicas de visitas foram alteradas ao longo dos anos. Dessa forma, aconteciam através de visitas domiciliares a cada uma das residências. Os moradores que responderam positivamente não conseguiram determinar, entretanto, por quanto tempo essas visitas continuaram sendo realizadas.

A entrevistada 9 afirma ainda que, a equipe da qual fazia parte realizava visitas antes da entrega dos habitacionais, atuando no mandato do prefeito anterior, João da Costa. Neste período, a frequência de visitas era semanal. Os conjuntos aqui referidos foram entregues no Governo do ex-prefeito Geraldo Júlio, quando, segundo a entrevistada 9, ocorreram mudanças nas dinâmicas de funcionamento. A constância foi reduzida. Assim que os habitacionais foram entregues, as visitas eram realizadas semanalmente, e ao longo do tempo, passaram a ser mensais, esporádicas ou quando os moradores ligavam para resolução de problemas, e, após um período, não foram mais percebidas pelos moradores.

Quando questionados sobre as relações com a vizinhança, no CRBI, dois dos moradores afirmam que algumas relações são boas e outras, ruins, pois enfrentam conflitos tangentes a regras de convivência e problemas de diálogo, como som alto e discussões afins. Outro conflito existente é o uso de drogas, não necessariamente pelos moradores do habitacional, mas por transeuntes que se utilizam das praças construídas

⁸ Como explicado anteriormente, dentre os dez entrevistados, apenas a entrevistada 10 pertence ao Conjunto Habitacional Eneroth Coutinho, sendo ex-moradora da Comunidade Portão do Gelo. A recomendação dessa entrevista se deve ao fato da moradora ser uma das mais antigas da área e ao interesse em compreender a perspectiva da moradora como Agente Ambiental da Prefeitura do Recife. Entretanto, a referida entrevista não será considerada para avaliar as questões relativas à pós-ocupação dos Residenciais aqui estudados, portanto a partir deste subcapítulo, apenas as nove entrevistas concedidas pelos moradores do Conjunto Residencial Beberibe I (CRBI) e Conjunto Residencial Beberibe II (CRBII) foram levadas em conta para análise.

para lazer do Conjunto. Tal fato amedronta e traz aos moradores sensação de impotência, levando-os a tomar medidas que geram outros desentendimentos, como a retirada da vegetação plantada pela Prefeitura sem consulta aos outros moradores, na tentativa de reduzir aglomerações que ocorrem sob estas.

Longe das áreas de lazer, uma das moradoras (entrevistada 8) acredita que as relações melhoraram em relação ao período na comunidade, pois alguns vizinhos que eram mais reservados conseguiram criar vínculos mais fortes já que se sentem mais seguros atualmente. Em alguns blocos, todos os moradores pertencem a uma mesma comunidade (à Miguel Arraes), a entrevistada 10 afirma que este aspecto é uma das razões para que a comunicação e interação entre esses vizinhos, que antes já eram boas, tenham permanecido do mesmo modo.

No CRBII todos afirmaram que as relações de convívio são boas, pois os moradores mantêm-se reservados a suas casas e por este motivo não há conflitos. Entretanto em comparação com o período em que viviam na comunidade, os moradores dividem-se em afirmar que alguns permaneciam trancados em suas casas, pois temiam a violência e outros afirmam que, as relações foram enfraquecidas, pois vieram moradores de outras áreas para o habitacional e seus vizinhos próximos não foram contemplados no mesmo Conjunto. Uma das moradoras (entrevistada 2⁹) afirma que, atualmente não há o mesmo clima que na comunidade, justamente devido à dispersão do reassentamento. Já a entrevistada 3¹⁰ afirma que, no período em que viveram na comunidade, estava sempre disposta a ajudar, mas que, no presente momento, prefere manter-se reservada a sua residência.

Como explicado anteriormente, outro aspecto do Programa Prometrópole era relativo ao desenvolvimento comunitário. No tocante a isso, a entrevistada 8 relata que, incluídos no programa, foram oferecidos cursos aos moradores visando contribuir para geração de renda, uma vez que grande parte da comunidade era composta por mães de família que não trabalhavam. A moradora relata insatisfação com a duração do curso,

⁹ A Entrevistada 2 (61 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe II) residiu previamente na Comunidade Portão do Gelo. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 14 de Julho de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre a formação da comunidade, o processo de reassentamento e o CRBII.

¹⁰ A Entrevistada 3 (51 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe II) residiu previamente na Comunidade Portão do Gelo. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 14 de Julho de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre a formação da comunidade, o processo de reassentamento e o CRBII.

cujas atividades encerraram em apenas uma semana, bem como com o objetivo que era ensinar a fazer artesanato. Neste aspecto, o programa não cumpriu o objetivo de proporcionar meios de capacitação que proporcionasse geração de renda aos moradores.

Nesse sentido, conclui-se que o contexto histórico das favelas aqui relatadas é apenas uma amostra das inúmeras comunidades que ocupam as margens dos rios devido à dificuldade de acesso à moradia e à infraestrutura urbana na cidade. Os danos ambientais acarretados por estas ocupações podem ter consequências irreversíveis e demandam um olhar crítico do Poder Público, visto que as ações voltadas para o meio ambiente são ineficazes sem políticas de provisão habitacional adequada para a população mais pobre.

O processo de reassentamento ocasionou na fragmentação das comunidades e, conseqüente, rompimento dos laços de solidariedade criados ao longo dos anos, que foi reforçado com a chegada de moradores vindos de outras áreas nos habitacionais que permaneceram no mesmo bairro. Todavia a pequena parcela realocada para estes conjuntos não teve grandes dificuldades para adaptarem-se a nova forma de moradia. Ressalta-se aqui a importância do acompanhamento da equipe do escritório social do Prometrópole, atuante desde o início do programa.

Em contrapartida, os moradores que foram reassentados no Conjunto Habitacional Miguel Arraes, em Passarinho, Olinda-PE, enfrentaram grandes dificuldades frente à escassez de infraestrutura e da baixa inserção na malha urbana do bairro para o qual foram realocados. Dessa forma, as complicações no processo de adaptação às novas formas de moradia resultaram no retorno de muitos moradores da comunidade para ocupações em áreas adjacentes ao local em que viviam.

Alguns destes moradores não conseguem inserir-se na sociedade, optando por permanecer numa realidade de miséria mitigada por doações feitas pela população. Este fato demonstra a complexidade do tema, que não pode ser resolvido apenas com a provisão de unidade domiciliar e precisa ser acompanhado por medidas de efetivo desenvolvimento comunitário bem como na democratização da educação ambiental.

4. Conjuntos Residenciais Beberibe I e II: a visão dos moradores e análise do bairro

O presente capítulo realizará uma análise dos Conjuntos Habitacionais aqui estudados com intuito de avaliar o cumprimento do acesso à moradia e melhoria na qualidade de vida da população reassentada. Para isso, será avaliado o nível de satisfação dos usuários, com enfoque para os vínculos entre os moradores, e a inserção dos conjuntos habitacionais através de análise do bairro.

4.1 Os Dois Conjuntos Residenciais

Os Conjuntos paralelamente construídos Residencial Beberibe I e II (figuras de 14 a 17) situam-se a cerca de 300m da área original das comunidades, no Bairro Porto da Madeira, na cidade de Recife-PE. Estruturalmente, o primeiro conta com nove blocos de 27 unidades do tipo duplex com cerca de 50 m², divididos em sala de estar, cozinha, banheiro e dois quartos. Na área comum, possui 4 vagas de estacionamento, uma praça e uma de área de playground. Já o II, possui a mesma disposição de layout do primeiro, contendo 35 unidades distribuídas em 5 blocos com 7 apartamentos, além de 4 vagas de estacionamento, duas praças e uma de área de playground. A implantação e configuração das residências foram definidas conforme disponibilidade de espaço do lote.

Figura 14: Conjunto Habitacional Beberibe I visto da Av. Beberibe



Fonte: Autoral (2024)

Figura 15: Conjunto Habitacional Beberibe I visto da Rua Dr. Trindade Henrique



Fonte: Autoral (2024)

Figura 16: Conjunto Habitacional Beberibe II visto da Rua Dr. Trindade Henrique



Fonte: Autoral (2024)

Figura 17: Conjunto Habitacional Beberibe II visto da Av. Beberibe



Fonte: Autoral (2024)

4.1.1 Análise de Infraestrutura Urbana

No que tange à mobilidade urbana, o bairro situa-se em uma área privilegiada, cortado pela via Arterial Principal Av. Beberibe, sendo de extrema importância para os moradores promovendo o acesso aos bairros circunvizinhos Beberibe, Fundão, Água Fria, Arruda e Encruzilhada. Os moradores também contam com a Av. Presidente Kennedy localizada na cidade de Olinda e promovendo acesso às demais áreas da cidade. Seu uso é complementado pelo Terminal Integrado do Xambá, localizado no Bairro São Benedito, Olinda - PE, possibilitando diversificação nas opções de locomoção dos moradores do Bairro.

Como as cidades de Olinda e Recife são limitadas pelo Rio Beberibe, neste trecho, o trajeto é feito através de pontes interligando a referida Avenida à Rua Dalva de Oliveira. A ponte é uma via de mão única, impossibilitando a ida e vinda simultânea de veículos de uma cidade para a outra, que é bastante utilizada por veículos de grande porte em razão da atuação da Empresa Ambev, situada em frente a esta via. Além disso, os pedestres também precisam dividir o espaço com os automóveis já que, a ponte para pedestre, que foi requalificada, além de estar em um mau estado de conservação, encontra-se obstruída pela construção de novos barracos (figura 18 e 19).

Figura 18: Ponte de Veículo



Fonte: Autoral (2024)

Figura 19: Ponte de Pedestre



Fonte: Autoral (2024)

A via local em que se localiza o conjunto possui pavimentação e calçadas de dimensão confortável, entretanto há trajetos rampados que dão acesso a garagens no interior dos lotes. Além disso, a via possui um aclive acentuado, tornando necessário o

uso de degraus para vencer os desníveis no passeio. As calçadas que circundam o Conjunto possuem cerca de 2 metros, havendo a inserção de rampas e piso tátil de alerta que facilitam a acessibilidade no Conjunto I (figura 20). Já no Conjunto II, esse desnível é menos evidente, sendo vencido por rampas menores (figura 21), com uso de piso tátil de alerta em alguns pontos.

Figura 20: Rampas de acesso no
Conjunto I



Fonte: Autoral (2024)

Figura 21: Rampas de acesso no
Conjunto II



Fonte: Autoral (2024)

No que concerne aos meios de transporte, existe uma praça de táxi, situada a cerca de 200m dos conjuntos. Além disso, as paradas de ônibus, principal meio de locomoção para os moradores, localizam-se a cerca de 100m e são bem atendidas em relação às linhas de ônibus, sendo elas:

- Alto do Capitão – Maracanã; Alto do Capitão – Rosário;
- Alto José Bonifácio - Prefeitura; Alto José Bonifácio – João de Barros;
- Beberibe - Espinheiro; Beberibe – Derby; Beberibe - Afogados
- Dois Unidos - Prefeitura; Dois Unidos - Derby; Dois Unidos – João de Barros;
- Linha do Tiro;
- TI Xambá Largo da Paz; TI Xambá Encruzilhada.

Todas as demais vias locais do bairro são pavimentadas, cujas calçadas têm nível satisfatório de acessibilidade, entretanto em alguns pontos possuem a mesma característica em relação às rampas no passeio e aclive em algumas vias.

Outro ponto relevante para mobilidade é a construção da nova via marginal situada na área em que os moradores foram removidos. A via possui mão dupla, calçadas largas e uma ciclo faixa e faz parte do segundo lote da construção da Via Radial que margeia o

Rio Beberibe interligando os bairros à BR-101 (Recife, 2021). Segundo Prefeitura do Recife (2021), esta é uma obra de extrema importância para o sistema viário, cujo próximo lote inclui a construção da Ponte sobre o Rio Morno conectando o já construído trecho entre a Rua Cidade do Monteiro até o antigo CT do Santa Cruz (via aqui referida), com 1,5km de extensão, interligando os bairros de Beberibe e Dois Unidos. O 3º lote da obra está em execução e vai do CT do Santa Cruz até a 2ª Travessa Santo Antônio em Dois Unidos. Esta obra está sendo realizada pelo PAC – Beberibe por meio da Secretaria de Saneamento – SESAN e inclui requalificação das margens do Rio, construção de vias, melhoria de drenagem e esgotamento sanitário, além do reassentamento das famílias. É possível visualizar as informações analisadas mapa abaixo (figura 22).

Figura 22: Mapa de Mobilidade Urbana



Legenda:

Pontos de Ônibus e Táxi

- Onibus ●
- Táxi ●
- Terminal Integral do Xambá ●

Pontes

- Pedestre ⋯⋯⋯
- Veículo e Pedestre - - -
- Pedestre Obstruída - - -

Vias Prometrópole

- Av. Presidente Kennedy —
- Pista Nova —

Hidrografia

- Rio Beberibe —

Tipos de Vias

- Arterial Principal —
- Locais —

Conjuntos Habitacionais

- 1 - Beberibe I ■
- 2 - Beberibe II ■

Bairros

- PORTO DA MADEIRA □

Municípios

- OLINDA □
- RECIFE □



Fonte: Autoral (2024) com informações da Prefeitura do Recife.

Ao realizar a análise do uso e ocupação do Bairro, verifica-se que predomina o aspecto residencial, com residências unifamiliares, três condomínios de edifícios multifamiliares, além dos três conjuntos habitacionais. Alguns pontos de comércio e

serviços de menor porte estão alocados principalmente na Av. Beberibe, sendo estes mercadinhos, padarias, farmácias, armazéns, bares e restaurantes, além de alguns moradores adaptarem suas casas para inserção de pequenas mercearias. Entretanto, a área central do bairro de Beberibe detém a maior concentração comercial atendendo à demanda dos bairros adjacentes. Há ainda o uso institucional, representado pelo Sest Senat, que atualmente encontra-se desativado devido à necessidade de obras para reconstrução do muro destruído por enchentes.

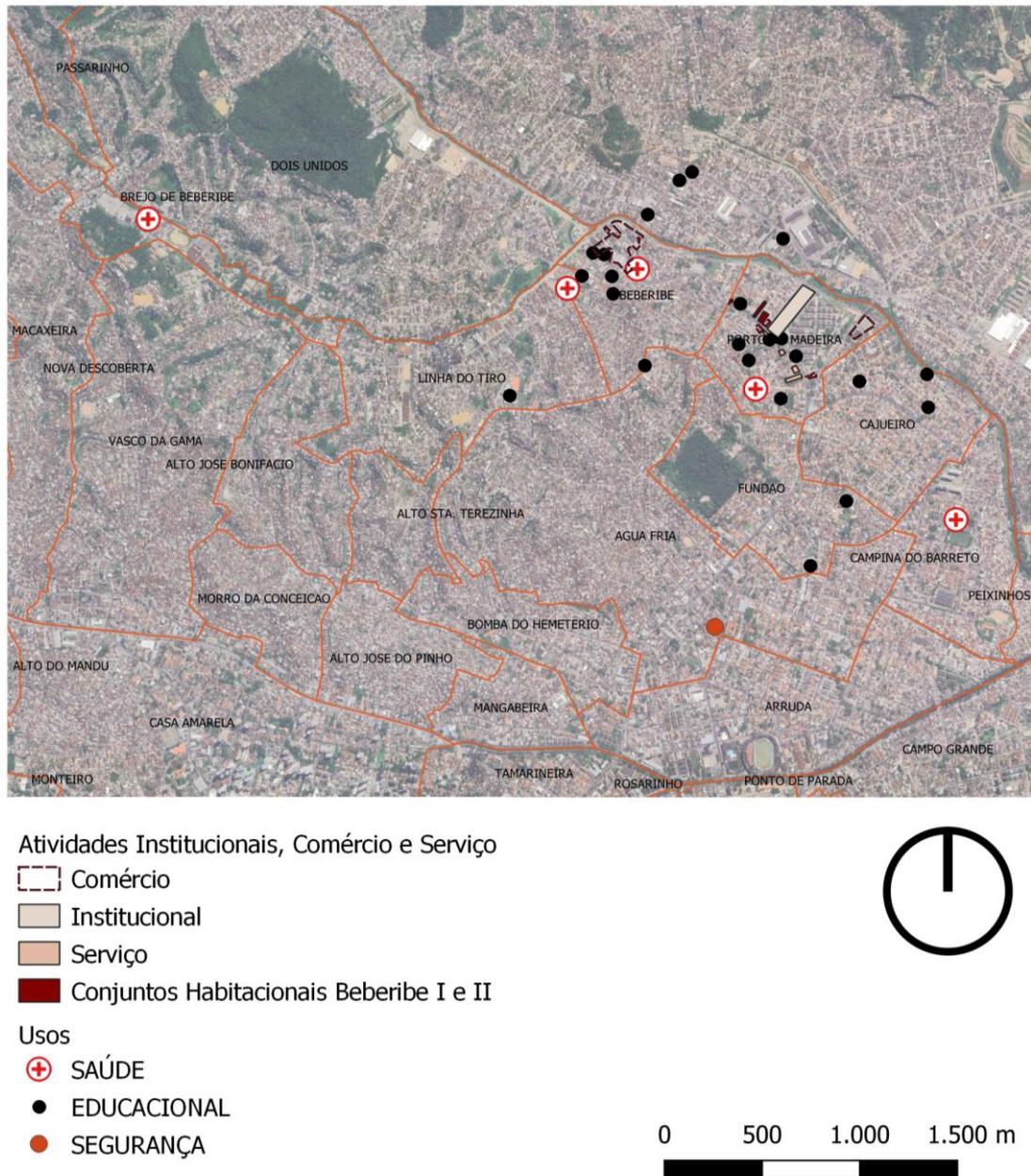
No uso educacional, no bairro, destacam-se apenas escolas de rede privada de ensino infantil até o ensino médio, representadas por: na categoria de pré-escola, o Educandário Siqueira Brandão; como escola primária, o Instituto Espaço Criativo e o Educandário Rita Barbosa; as escolas 90º Colégio e Curso e Invest atendem do ensino infantil até o ensino médio. No mapa elaborado pela autora, todos os pontos de cor preta que se encontram dentro do perímetro do bairro representam instituições de ensino particulares.

Para terem acesso a creches e escolas públicas, os moradores precisam deslocar-se para os bairros vizinhos, onde encontramos: a Creche Cajueiro, no Bairro de mesmo nome e Creche Casa da Comunidade Amigos Bradi (Fundão); a Escola Municipal Dom Azeredo Coutinho voltada para ensino fundamental - anos iniciais e supletivo (São Benedito, Olinda - PE), Escola Nossa Sra do Carmo, para ensino fundamental - anos finais (São Benedito, Olinda - PE), Escola Municipal Campina do Barreto, ensino fundamental - anos iniciais e pré-escola (Campina do Barreto), Escola Anita Paes Barreto com ensino fundamental - anos iniciais e pré-escola (Fundão); em Beberibe, Escola Municipal de Beberibe, Escola Municipal Monsenhor Viana, ambas com ensino fundamental - anos iniciais, a Escola Municipal Alto Sta. Terezinha também com pré-escola, ensino fundamental - anos iniciais e supletivo; e Escola Professor Pedro Augusto Carneiro Leão, para ensino fundamental - anos finais (Fundão).

As escolas de Ensino Médio são de rede estadual e são representadas pela Escola de Referência em Ensino Médio de Beberibe, Escola Pedro Celso, Escola Doutor Fábio Correia, todas no bairro de Beberibe; Escola de Referência em Ensino Médio Professor Jarbas Pernambucano, em Cajueiro; e em Olinda, Escola de Referência em Ensino Médio Estevão Pinto, em Peixinhos, e a Escola de Referência em Ensino Médio Padre Francisco Carneiro e Escola Joaquim Nabuco, em São Benedito. No mapa, todos os pontos em preto fora do perímetro do Porto da Madeira representam instituições de ensino públicas nas adjacências do bairro.

No bairro, existe a unidade de saúde USF- Alto do Céu, que apesar de estar locada no perímetro do Porto da Madeira, atende prioritariamente a população desta comunidade e da comunidade do Alto Santa Terezinha, situada no bairro de Água Fria, enquanto os moradores do Porto da Madeira são atendidos pelo Posto de Saúde US 155 CS Professor Monteiro de Moraes, em Beberibe. Nas adjacências, as principais unidades de saúde pública são a USF Upinha 24 Horas Dra Fernanda Wanderley, em Linha do Tiro; UPA Nova Descoberta, no Brejo de Beberibe; e a US Policlínica Amaury Coutinho, na Campina do Barreto. Em relação a instituições de segurança, a unidade de delegacia mais próxima da área é a Delegacia Distrital de Água Fria em laranja no Mapa (figura 23).

Figura 23: Mapa de Usos do Bairro



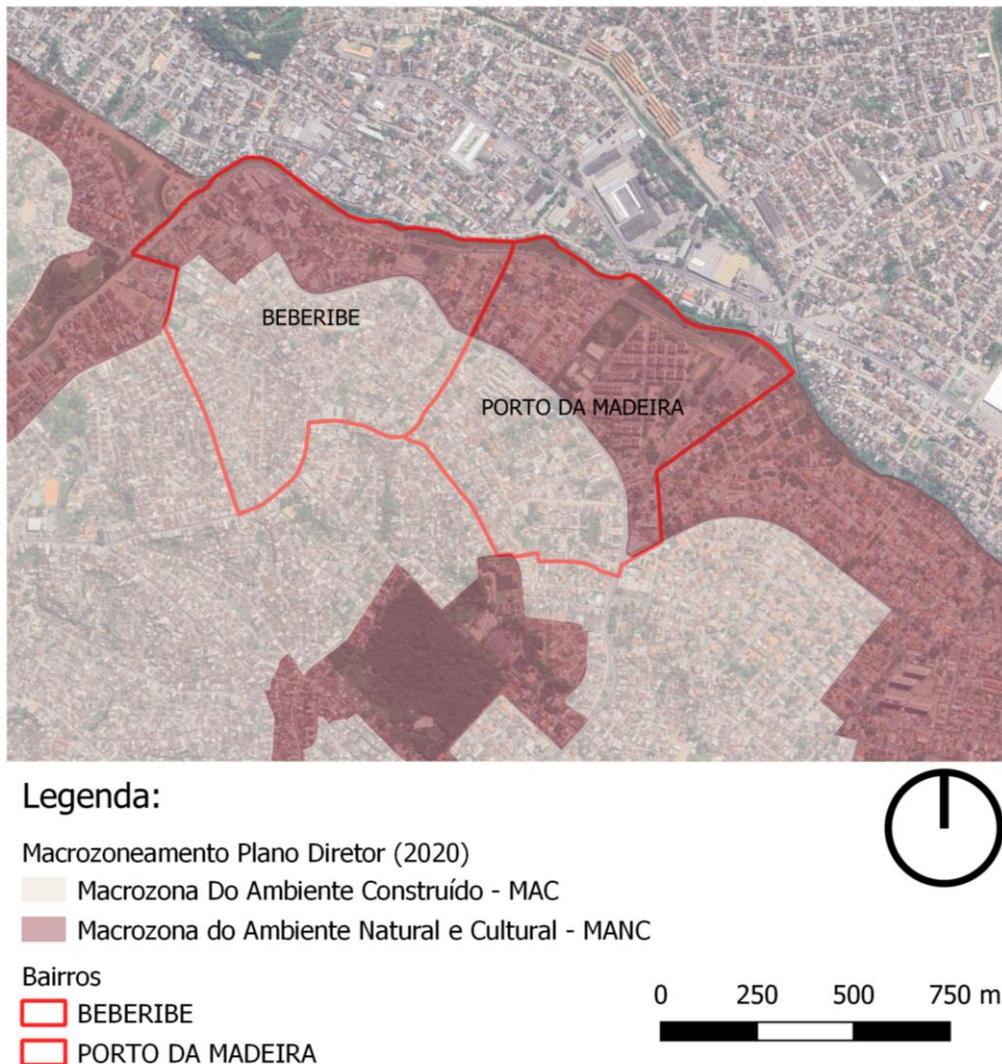
Fonte: Autoral (2024)

No que tocante à legislação que concerne ao Plano Diretor de 2020, o bairro e as áreas do entorno dividem-se em Macrozona do Ambiente Natural e Cultural (MANC) que condiz às áreas mais planas e mais próximas ao Rio Beberibe e em Macrozona do Ambiente Construído, às áreas de encostas ou que distam da região hidrográfica (figura 24). Nesse sentido, as diretrizes do Plano Diretor (2020), voltadas para a primeira classificação visam o uso dos recursos paisagísticos como os maciços vegetais, rede hídrica e o patrimônio cultural do Recife como elementos estruturadores, principalmente,

tendo como objetivo a valorização dos atributos ambientais visando um sistema integrado para uso e desenvolvimento sustentável. Conforme o Art 31 do Plano diretor (2020), as diretrizes definidas para esta zona são:

“I - articular os principais elementos identitários da cidade do Recife, os corpos hídricos, os remanescentes de mata atlântica e seus sistemas associados e o patrimônio edificado; II - integrar os parques, praças, áreas verdes e rede hídrica por meio de conectores ambientais que promovam a integração e fortaleçam a infraestrutura ambiental da cidade; III - desenvolver o território de maneira sustentável e ampliar a capacidade de resiliência do Município para o enfrentamento das mudanças climáticas”.

Figura 24: Mapa de legislação



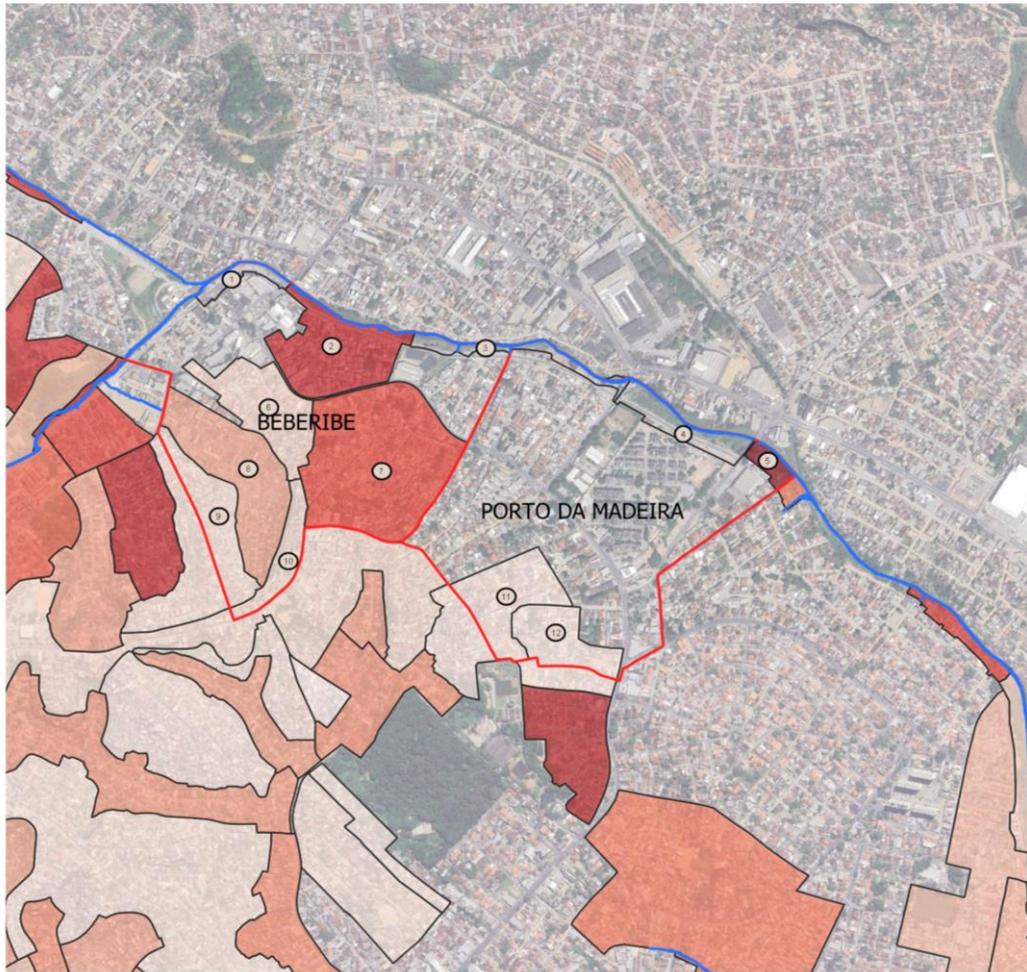
Fonte: Autoral (2024)

Conforme o Art. 35 do Plano diretor (2021), a Macrozona do Ambiente Construído (MAC) caracteriza-se pela diversidade de padrões morfológicos e das formas de uso e

ocupação do solo, pela capacidade de adensamento construtivo e populacional. Seu objetivo é o ordenamento do espaço respeitando as formas de ocupação. Sendo feitas através de diretrizes de parâmetros de desenvolvimento urbano; estabelecer áreas para adensamento segundo a infraestrutura, saneamento, mobilidade, equipamentos e preservação do patrimônio cultural.

Considerando o exposto, é possível avaliar a situação do bairro, em que se evidencia o adensamento popular pela concentração de Comunidades de Interesse social na área (figura 25).

Figura 25: Mapa de CIS nos bairros



Legenda:

Bairros

PORTO DA MADEIRA

BEBERIBE

Rio Beberibe



0 250 500 750 m



- 1 - Ponte de Beberibe
- 2 - Rio Largo/Rua da Vitória
- 3 - Portão do Gelo
- 4 - Vila Miguel Arraes
- 5 - Vila da Paz
- 6 - Arranca Toco/Campos Novos
- 7 - Porto da Madeira
- 8 - Córrego Central/Cidade Operária
- 9 - Alto dos Coqueiros
- 10 - Alto Sta Terezinha
- 11 - Alto do Céu II
- 12 - Alto do Benjamin

Fonte: Prefeitura do Recife (2024) modificado pela autora.

4.1.2 Avaliação dos Moradores sobre os Conjuntos

Em relação aos pontos positivos do reassentamento relatados pelos moradores, destacam-se a infraestrutura, sendo citados: o ambiente, sair da margem do rio, morar em um local sem enchentes e animais, como ratos e baratas e ter endereço fixo; em relação à localidade e vizinhança, os moradores relatam que os vizinhos são bons, não há conflitos, violência ou tráfico de drogas como antes na comunidade. Três entrevistados cujas residências localizam-se na Av. Beberibe ressaltam esta característica, bem como possibilidade de colocar pequenos pontos de comércio na praça, além de estar “próximo de tudo” como pontos positivos.

Um dos moradores (entrevistado 7¹¹) que veio de outra localidade afirma que a população realocada foi beneficiada em tudo, o bairro é mais pacífico que a área de onde veio, cita ainda o interesse de muitos moradores de outros habitacionais em realizar trocas para este Conjunto. A maioria dos entrevistados relatou não haver nenhum ponto negativo, sendo os dois únicos citados: as praças construídas (figura 26, 27 e 28), que se tornaram pontos de uso de drogas, e a separação dos vizinhos mais próximos.

As praças do Conjunto II encontram-se subutilizadas e demandam manutenção. É possível observar que não há apropriação dos moradores e o espaço é insuficiente como área de lazer. Já a Praça do Conjunto I, possui vegetação arbórea e sombreamento e, geralmente, é utilizada por moradores em diversos períodos do dia.

¹¹ O Entrevistado 7 (45 anos, morador do Conjunto Residencial Beberibe II) residiu previamente na Comunidade Singapura. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 16 de Setembro de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre o processo de reassentamento e o CRBII.

Figura 26: Praça 01 do Conjunto II



Fonte: Autoral (2024)

Figura 27: Praça 02 do Conjunto II



Fonte: Autoral (2024)

Figura 28: Praça do Conjunto I



Fonte: Autoral (2024)

A entrevistada 9 afirma que um dos pontos negativos é a falta de privacidade, já que as casas são conjugadas, e há a necessidade de áreas verdes, espaços livres, equipamentos e mobiliário de lazer para as crianças, ressaltando que a área em que a comunidade ocupava deveria ser reabilitada para este fim (figura 29). Em relação ao impacto do reassentamento, os entrevistados afirmam que os mais impactados foram as famílias que tinham uma quantidade maior de componentes em razão do tamanho das residências.

Figura 29: Atual Rua Beberibe-Rio, local em que a comunidade ocupava.



Fonte: Autoral (2024)

A entrevistada 5¹² ressalta as dificuldades de manutenção do Conjunto, afirmando que não há senso de comunidade entre os vizinhos para resolver estas questões. No tocante a isto, foram apontadas a pintura dos corrimãos, a manutenção da grama e a retirada da vegetação arbórea, como citado anteriormente, realizada sem a consulta prévia da vizinhança. Além da desorganização em relação ao lixo que, com frequência, é armazenado incorretamente, principalmente, pois a casa de lixo do Conjunto I é utilizada pelos moradores do Conjunto II em razão da proximidade (figura 30 e figura 31).

¹² A Entrevistada 5 (60 anos, moradora do Conjunto Residencial Beberibe I) residiu previamente na Comunidade Vila Miguel Arraes. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 15 de Setembro de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre o processo de reassentamento e o CRBI.

Figura 30: Armazenamento do Lixo,
Conjunto I



Fonte: Autoral (2024)

Figura 31: Armazenamento do Lixo,
Conjunto II



Fonte: Autoral (2024)

No tocante a isso, quando questionados sobre a presença de um líder comunitário, principalmente para resolução de conflitos, os moradores afirmam que após a entrega do habitacional, não houve interesse por nenhum deles em organizarem-se com esta finalidade.

Quanto ao nível de satisfação com a moradia atual, os entrevistados declaram em unanimidade estarem satisfeitos. Contudo, em sua totalidade, realizaram reformas ou melhorias em suas habitações, principalmente devido à necessidade de ampliar o espaço. Em relação às melhorias, o entrevistado 4¹³, afirma que dentre outras reformas em sua residência, tem intenção de construir um banheiro no primeiro pavimento em razão da dificuldade em subir escadas, evidenciando esta como uma dificuldade comum aos moradores ao ressaltar a quantidade de idosos no Conjunto.

Segundo entrevistada 5, antes de receberem os documentos de posse das habitações, pouco tempo após a entrega do habitacional, alguns “puxadinhos” construídos foram derrubados pela Prefeitura. Entretanto, atualmente, os documentos estão em posse dos moradores e estas ampliações e acréscimos não são mais fiscalizados.

Algumas das reformas mencionadas ocorreram em menor escala como a construção de uma parede ou inserção de grades redefinindo espaços privados, em ambos os habitacionais, principalmente nas habitações laterais e as voltadas para a Avenida

¹³ O Entrevistado 4 (53 anos, morador do Conjunto Residencial Beberibe I) residiu previamente na Comunidade Vila Miguel Arraes. Concedeu pessoalmente essa entrevista e sua respectiva transcrição à discente em 14 de Julho de 2024, sendo as informações conferidas utilizadas no escopo dessa pesquisa sobre o processo de reassentamento e o CRBI.

Beberibe, que possuem mais espaço disponível para tal mudança. Em outros blocos, há a inserção de puxadinhos menores, alocando pequenos pontos comerciais, construção de garagens e lajes e ampliação das residências. A maior parte dos moradores opta por fechar as áreas de serviço a fim de obter mais privacidade e espaço. Dentre as mudanças de maior escala, há a construção de um puxadinho abrigando uma loja na lateral de um dos blocos (figura 32 e 33).

Figura 32: Reformas e acréscimos:
“puxadinhos”.



Fonte: Autoral (2024)

Figura 33: Reformas e acréscimos:
“puxadinhos”.



Fonte: Autoral (2024)

Em relação à apropriação dos espaços, os moradores e, principalmente, as crianças ocupam as áreas comuns dos Conjuntos, as calçadas e a rua como espaço de convivência, exercendo atividades como conversas, reuniões, brincadeiras, entre outros. Alguns moradores de ambos os conjuntos utilizam-se ainda da Praça do Conjunto I, para reunirem-se e confraternizar com os vizinhos. Os moradores utilizam ainda a esquina e o playground para pontos de venda temporários, durante um período do dia ou em dias específicos da semana.

Outro questionamento realizado foi em relação a desejos de mudanças e reformas no Conjunto em geral. O resultado foi que alguns vizinhos tinham planos de inserir um portão entre os blocos B e C, limitando o acesso às habitações, que não se concretizou, pois todas as residências têm grades e os moradores não conseguiam ou desejavam contribuir financeiramente. Um dos moradores cuja habitação estava localizada próxima à Praça declara que a substituiria por mais espaço para estacionamento e afirma que todas

as residências deveriam ser térreas e outra moradora gostaria que as casas fossem voltadas para a rua.

No tocante aos custos com a nova residência, a maior parte dos moradores consegue arcar com as despesas como água e energia elétrica, porém, apenas quem possui algum benefício social como bolsa família está incluído na taxa mínima nas contas de luz. Apenas um dos entrevistados afirma que, após um período, não teve condições de arcar com as despesas e teve sua energia cortada por inadimplência juntamente com alguns vizinhos. Inicialmente, a taxa de IPTU seria incluída aos custos, contudo a população foi isenta ao declarar que não havia condições de pagar para a maior parte dos moradores.

4.2 Avaliação do pleno acesso ao Direito à Moradia

Este item discorre sobre o conceito de moradia e os vínculos estabelecidos com o usuário, explanando a influência que as habitações possuem no indivíduo. Em seguida, situa-se sobre a questão do Direito à Moradia no cenário nacional e mundial e as condições definidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, com critérios para avaliar a moradia adequada. A partir disso, é feita uma análise levando em conta alguns dos tópicos descritos para avaliar a melhoria na qualidade de vida e o acesso ao Direito à Moradia dos moradores realocados.

Para além de um local que promova abrigo contra as condições climáticas, o ser humano tem necessidade de um espaço para interações, privacidade, expressão de sua individualidade, repouso e conservação de memórias (Brasil, 2013). Segundo ELALI; PINHEIRO (2013), o habitar extrapola o objeto edificado, pois estabelece relação entre o usuário e o ambiente sociofísico, assumindo parte considerável a ser avaliada nas condições de qualidade de vida. A habitação conecta pessoas, tempos e elementos do contexto social em que se insere e contribui diretamente com a definição da identidade do morador (Árias, 1993; Certeau; Giard; Mayol, 1996 apud Elali; Pinheiro, 2013). Assim, características físicas das edificações constituem o legado de seus proprietários, comunicando os valores, interesses e necessidades das pessoas que o construíram. (Elali; Pinheiro, 2013)

Atualmente, mais de 12 textos da ONU reconhecem internacionalmente o direito à moradia como fundamental para a dignidade humana (Brasil, 2013). Dentre estes, o artigo

11 do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais define que os Estados Partes devem tomar medidas que assegurem a moradia adequada bem como a melhoria contínua nas condições de qualidade de vida.

Para tanto, o Comentário nº4 do Comitê sobre os Direitos, Econômicos, Sociais e Culturais define os seguintes critérios para considerar a moradia adequada:

- Segurança jurídica da posse: o tipo de posse deve assegurar proteção contra despejo forçado, assédio e outras ameaças. Devendo o Estado assumir medidas que possam conferir segurança jurídica às pessoas e às propriedades.
- Disponibilidade de serviços, materiais, benefícios e infraestrutura: a moradia deve dispor de serviços essenciais à saúde, segurança, conforto e nutrição. O indivíduo deve ter acesso aos recursos naturais e comuns, à água potável, à energia para cozinhar, serviço de aquecimento e iluminação, de saneamento e de limpeza, meios de armazenamento de alimentos, eliminação de resíduos, de drenagem do local e serviços de emergência.
- Custo acessível: os custos com a moradia não devem ameaçar a satisfação de outras necessidades básicas. Os Estados devem garantir que os gastos com a moradia sejam proporcionais aos níveis de renda e criar subsídios de financiamento habitacional que correspondam às necessidades da moradia. Os inquilinos devem ser protegidos contra aumentos desproporcionais de aluguel e deve ser assegurada a disponibilidade de materiais nas sociedades em que a matéria prima constitui a fonte de material para construção das habitações.
- Habitabilidade: o espaço deve oferecer proteção contra intempéries e das demais condições climáticas, como frio, umidade, calor, chuva, vento ou de outras ameaças à saúde, dos riscos estruturais e dos vetores de doenças. Encoraja-se a aplicar os Princípios da Higiene da Moradia elaborados pela OMS.
- Acessibilidade: aos grupos desfavorecidos deve ser dado acesso pleno e sustentável aos recursos para conseguir uma moradia, sendo assegurado um grau de prioridade na esfera da moradia. Deve-se assegurar a necessidade destes grupos tanto por meio da legislação quanto de políticas públicas de moradia.
- Localização: a moradia deve situar-se em área que dê acesso a emprego, ao transporte, aos serviços de saúde, às escolas, às creches e a outros

equipamentos sociais, já que os custos de deslocamento sobrecarregam os orçamentos das famílias pobres. Não deve estar locada em locais poluídos ou nas imediações de fontes de poluição que ameacem a saúde dos habitantes.

- Adequação Cultural: a expressão da identidade e diversidade cultural da moradia deve ser apropriadamente assegurada na maneira como são construídas as moradias, os materiais e as políticas em que se apoiam. A modernização ou desenvolvimento deve garantir que as dimensões culturais não sejam sacrificadas, assegurando instalações tecnológicas, entre outros. (UNITED NATIONS, 1994)

Segundo o mesmo documento, as dificuldades em assegurar o direito à moradia podem acarretar no obstáculo em garantir o pleno acesso a outros direitos humanos, sendo necessária a compreensão de que, para além do direito a moradia, deve-se garantir uma **moradia adequada** (UNITED NATIONS, 1994). A Comissão de Assentamentos Humanos e da Estratégia Mundial define-a como local que assegure de privacidade, espaço, segurança, iluminação, ventilação, infraestruturas e localização adequadas em relação ao trabalho e facilidades a um custo razoável. À face do exposto, esta deve ser assegurada ao indivíduo independente de renda ou acesso a recursos económicos e não pode ser tratada meramente como teto sobre a cabeça ou mercadoria (UNITED NATIONS, 1994).

Também no Brasil, o Direito à Moradia pode ser condição para direitos como ao trabalho, serviços de saúde, segurança social, voto, privacidade e educação. (Brasil, 2013). A transferência ou remoção forçada prejudicam a possibilidade de condições de vida do morador. Assim, a ampliação da participação e disseminação da informação sobre os direitos humanos facilita a garantia dos direitos dos indivíduos e comunidades à moradia adequadas. (Brasil, 2013)

Nesse íterim, os programas de provisão de habitação criados com intuito de solucionar o problema do déficit habitacional brasileiro e a produção de habitação de interesse social seguindo modelos padronizados acabam por negligenciar as necessidades dos diferentes perfis familiares e construir habitações pequenas e compartimentadas (VILLA, SARAMAGO, GARCIA, 2016). Evidencia-se a necessidade de avaliação dos resultados de pós-ocupação, no sentido de analisar o acesso pleno ao direito à moradia adequada e melhoria na qualidade de vida das famílias.

Para garantia de medidas de segurança de permanência para as Habitações de Interesse Social, em Recife, é instituída através da Lei Municipal Nº 18.863 (2021), a Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SIMHIS, e institui elementos para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS do Município do Recife:

“XX - diversificação das ações e projetos habitacionais e de regularização urbanística e fundiária para o adequado atendimento das diferentes necessidades habitacionais; XXI - promoção da urbanização, regularização e inserção das Comunidades de Interesse Social e demais áreas pobres da cidade mediante a transformação em Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, considerando os requisitos, critérios e parâmetros estabelecidos pela Lei do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS; XXII - regularização da situação jurídica e fundiária dos empreendimentos habitacionais implementados pelo município”. (Recife, 2021)

No caso dos conjuntos habitacionais aqui estudados, o processo de concessão de moradia que, inicialmente seria realizado após 10 anos da entrega das unidades, foi antecipado e a documentação das propriedades encontra-se regularmente em posse dos moradores. Portando garante-se judicialmente a permanência bem como a conferência de posse da propriedade. Apesar de não haver a transformação em área ZEIS, não há grandes riscos de prospecção do mercado imobiliário.

Diante do segundo tópico, é possível afirmar que os conjuntos são dotados de condições sanitárias necessárias para garantir segurança, saúde e conforto aos moradores. Alguns pontos devem ser observados como a forma de implantação das edificações visto que a indisponibilidade de terreno não permitiu atender as necessidades de espaço de algumas famílias.

Além disso, as questões de privacidade foram pontos levantados pelos moradores na avaliação do conforto da moradia. No que tange a isto, foi analisada a qualidade dos acessos e calçadas, que são realizadas através de rampas possuindo piso tátil de alerta. Deixa a desejar, no entanto, no acesso às praças e na inexistência de piso tátil direcional. Apesar das rampas que dão acesso ao lote, o modelo duplex das habitações limita a autonomia dos moradores, dificultando a locomoção de idosos ou pessoas com mobilidade reduzida.

Toda a infraestrutura necessária de acesso aos recursos naturais e comuns é provida aos moradores, bem como serviços de saneamento e limpeza, iluminação, energia, drenagem, eliminação de resíduos e serviços de emergência.

Apesar das moradias terem sido custeadas pelo Estado, em razão de serem assalariados, alguns moradores não conseguem arcar com custos de serviços básicos como energia elétrica para as habitações. Não obstante, apesar de serem moradores de baixa renda, alguns não preenchem determinados pré-requisitos para ser incluídos em projetos que diminuam algumas dessas taxas.

Em relação às condições de habitabilidade, é possível afirmar que as moradias atendem a característica fundamental de promover abrigo e segurança contra as intempéries e conseqüentemente oferecem melhoria na qualidade de vida dos moradores em contraponto às habitações com condições sanitárias de infraestrutura precária e do constante risco ambiental do local que ocupavam anteriormente. Em seus relatos, obtidos nas entrevistas, os moradores também ratificam que obtiveram melhorias nas suas moradias quanto às condições de higiene, ausência de animais nocivos, o que reduz a propagação de doenças e corroboram para a saúde da população. O acesso à coleta, a promoção de moradia digna e a conscientização ambiental por meio de palestras realizadas através das reuniões prévias ao reassentamento trouxeram mudanças significativas na questão da poluição. Este trabalho, entretanto, não abarcou análise estrutural e avaliação das condições de conforto no interior das habitações, bem como não realizou aprofundamento nas questões de acessibilidade no âmbito arquitetônico.

Como visto anteriormente na análise morfológica do bairro, ele oferece uma vasta gama de serviços, além de infraestruturas adequadas e boas condições de mobilidade urbana, deixando a desejar, no entanto, no acesso a instituições públicas de ensino. Apesar dos demais serviços de comércio e de saúde precisarem ser feitos nos bairros adjacentes, os moradores relatam estarem satisfeitos com a distância linear existente para obterem acesso a esses serviços bem como com a localização geográfica do bairro, no limite das cidades de Recife e Olinda, que possibilita diversificação nos meios de deslocamento.

Além disso, no processo de reassentamento, é possível notar que a permanência dos moradores no mesmo bairro foi um dos pontos-chaves para a melhor adaptação às novas formas de moradia. Apesar disso, como já mencionado, alguns dos moradores das mesmas comunidades que foram direcionados a conjuntos habitacionais localizados em áreas com baixa infraestrutura tiveram dificuldades de adaptações, havendo ainda alguns

retornos à área remanescente para reocupação em habitações com condições precárias. Outro ponto a se destacar é a quebra nos laços de solidariedade que foram fragilizados pela separação dos vizinhos imediatos. Neste ínterim, o senso de organização comunitária entre os moradores inexiste o que prejudica a questão de resolução de conflitos e manutenção no conjunto. Em alguns casos, os laços permaneceram, pois alguns blocos são formados por moradores da mesma comunidade e, segundo os moradores, evidencia-se a boa convivência e houve a diminuição dos casos de violência.

Em suma, é possível afirmar que a partir da análise do bairro e da permanência dos moradores reassentados em área próxima à comunidade em que viviam, além de contribuir para melhor adaptação da população, foram atendidos os critérios de localização e disponibilidade de equipamentos e infraestrutura urbana. A partir do reassentamento passaram a residir em moradias com adequadas condições de habitabilidade com acesso a serviços que garantem a segurança e saúde dos moradores.

Deve-se observar, entretanto, a adaptação do modelo de moradia de acordo com os perfis familiares, possibilitando mais conforto em relação à disponibilidade de espaço e arranjos de layout no interior dos apartamentos, já que há uma necessidade da grande maioria dos moradores em realizar reformas para melhor adaptação de suas famílias. Além destes, os custos com a moradia são onerosos para uma parte dos moradores.

Levando em consideração os aspectos supracitados, conclui-se que o processo de reassentamento trouxe um grande impacto positivo para os moradores e apesar da influência de diversos fatores necessários para adaptação das famílias, é possível afirmar que houve a melhoria na qualidade de vida e acesso ao direito à moradia para os moradores dos Conjuntos aqui avaliados.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada para fins de cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo teve como objetivo analisar o impacto do processo de reassentamento das comunidades Portão do Gelo e Vila Miguel Arraes tomando como estudo de caso os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II no âmbito do Programa Prometrópole.

Foram realizadas análises quanto às intervenções realizadas pelo Programa; foi traçado o contexto histórico e relatadas as condições de vulnerabilidade e as dinâmicas socioculturais das Comunidades supracitadas, desde sua ocupação até a intervenção e a relação das famílias com o seu lugar de origem; e, por fim, foi feita a análise do acesso ao Direito à Moradia e da melhoria na qualidade de vida da população reassentada das famílias transferidas para o Conjunto Habitacional Beberibe I e o Conjunto Habitacional Beberibe II. Uma vez cumpridos esses objetivos, resta tecer alguns comentários finais.

Como resultado, o trabalho trouxe grandes contribuições para fechamento de um ciclo de formação universitária. Atravessamos uma trajetória até nos debruçarmos sobre as inquietações da questão do acesso ao Direito à Moradia pela população de baixa renda no Recife.

Desenvolvemos uma pesquisa de PIBIC no laboratório Observatório das Metrôpoles (Núcleo Recife), na qual tivemos a oportunidade de aprofundar as investigações sobre as políticas públicas de provisão habitacional e o reassentamento de famílias a partir do estudo de caso do processo de urbanização da ZEIS Lemos Torres (Parnamirim). Este processo decorreu da implantação do Projeto Capibaribe Melhor que promoveu melhoria de infraestrutura urbana, remoção de habitações precárias e reassentamento da população no Conjunto Habitacional Padre José Edwaldo.

Um ponto emblemático no caso deste reassentamento, assim como no caso aqui estudado, foi a separação de parte das famílias que foram realocadas para o Conjunto Habitacional Casarão do Barbalho (Iputinga). Neste ínterim, além de realocados para outro bairro distante do seu local de origem com menos infraestrutura e juntamente a outras comunidades urbanizadas pelo programa, houve o rompimento dos laços de solidariedade entre os moradores.

Este acúmulo anterior nos instigou a tecer um caminho similar, desta vez aprofundando o caso do Programa Prometrópole, refletindo sobre o processo de reassentamento de um caso ocorrido muito próximo a nossa vivência cotidiana. Além

disso, foi possível compreender algumas das razões de ocupação, solução habitacional e reocupação de áreas ambientais vulneráveis, que resulta na formação de novas favelas.

Devido ao Programa ter sido encerrado há muitos anos, houve desafios em contatar profissionais que tenham participado do processo na área e que pudessem contribuir com uma visão técnica sobre o processo do reassentamento. Outrossim, por estar vinculado a diversas secretarias e esferas públicas, houve contratempos para encontrar e não conseguimos obter o projeto de um dos Conjuntos Habitacionais estudados.

Quanto à urbanização das margens do Rio Beberibe, entre outros fatores, as áreas remanescentes para as quais não foi dado o uso adequado, possibilitou o retorno de alguns moradores para reocupação, colocando em risco a resolução de problemas tais como a poluição das águas. A questão ambiental permanece sendo um grande desafio, mesmo após execução do Programa.

O Prometrópole promoveu melhorias na infraestrutura urbana, principalmente no que tange ao saneamento e na urbanização de assentamentos precários. Evidencia-se a importância da provisão habitacional, impactando positivamente nas condições de vida da população mais pobre, no acesso ao Direito à Moradia e na melhoria da qualidade de vida dos moradores de áreas situadas às margens do Rio Beberibe, sendo possível observar intervenções de diversas naturezas, em 15 comunidades das cidades do Recife e de Olinda.

O processo de ocupação das margens do Rio, do ponto de vista da população, surge como alternativa à necessidade de ocupar espaços para construir suas moradias, já que a maior parte destes cidadãos não consegue inserir-se no mercado de aluguel ou adquirir casa própria. As dificuldades no acesso à habitação de qualidade que resultam na ocupação de áreas non aedificandi acarretam em danos ambientais, causados pela poluição dos afluentes. Além disso, as desigualdades socioespaciais com frequência culminam na propagação da violência urbana.

Em razão dos moradores terem sido reassentados em diferentes conjuntos habitacionais construídos pelo Programa, foram rompidos os laços de solidariedade e os vínculos identitários existentes entre as famílias. Apesar disso, as famílias reassentadas em conjuntos residenciais situados no mesmo bairro em que viviam não tiveram grandes dificuldades para se adaptar às novas formas de moradia. O processo de mudança foi facilitado pelo acompanhamento da equipe técnica do Escritório Social do Programa Prometrópole. Assim, as reuniões prévias realizadas, além de proporcionar acompanhamento técnico, permitiram aos moradores participação e conhecimento de

todas as etapas e propostas do projeto, promovendo ainda palestras que contribuíssem para educação ambiental.

Entretanto, é imperioso evidenciar que os moradores das comunidades reassentados no Conjunto Habitacional Miguel Arraes, no bairro de Passarinho, Olinda, enfrentaram grandes dificuldades frente à escassez de infraestrutura e de baixa inserção na malha urbana do bairro para o qual foram direcionados. Dessa forma, parte destes moradores não conseguiu se adaptar à nova moradia e retornou às áreas remanescentes onde se localizava a comunidade ao qual pertenciam, voltando a viver em condições precárias. Além desta razão, existe a dificuldade em inserir-se na nova forma de moradia, revelando a complexidade da provisão habitacional que deve ser complementada por medidas de efetivo desenvolvimento comunitário e de democratização da educação ambiental.

Em conclusão, a partir da análise do bairro e das entrevistas concedidas que revelaram a visão dos usuários sobre os Conjuntos Habitacionais, é possível afirmar que o processo de reassentamento atendeu aos critérios de oferta de moradias adequadas e de promoção da melhoria da qualidade de vida da população que passou a viver em residências com adequadas condições de habitabilidade. Alguns pontos a serem observados são referentes ao modelo de moradia que não leva em consideração famílias maiores, havendo a necessidade de adaptações e reformas da nova habitação. Além disso, arcar com alguns dos custos da nova moradia, como energia elétrica, são onerosos face à baixa renda de alguns moradores. Também contribuindo para o aumento dos custos com a necessidade de reformas para adaptação das residências, está a tipologia escolhida de duplex, que limita a autonomia dos moradores, dificultando a locomoção de idosos ou pessoas com mobilidade reduzida.

A indisponibilidade de espaço foi um dos desafios que resultou na inviabilidade de permanência dos moradores no mesmo local. Assim, o terreno no qual o conjunto foi construído apenas possibilitou um modelo de habitação que não considera a diversidade de perfis familiares e a situação econômica de algumas famílias, que não dispõem de condições para arcar com custos de serviços essenciais para as habitações.

A coleta de dados e informações, pautados nos critérios estabelecidos para o estudo, demonstrou que graças ao grande impacto positivo para as famílias atingidas pelo Programa, o processo de reassentamento propiciou o acesso ao Direito à Moradia e à melhoria da qualidade de vida dos moradores dos Conjuntos Habitacionais objetos do

nosso estudo. Apesar de a sua implementação deixar a desejar quanto a alguns aspectos necessários para melhor adaptar os moradores à nova forma de morar.

É possível afirmar que a partir do reassentamento, os moradores passaram a residir em moradias com adequadas condições de habitabilidade, tendo acesso a toda a infraestrutura necessária de serviços de saneamento e limpeza, iluminação, energia, drenagem, eliminação de resíduos e serviços de emergência. Acrescenta-se ainda, melhorias nas condições sanitárias necessárias para garantir segurança, saúde e conforto em contraponto à situação de vulnerabilidade social e ambiental em que viviam antes nas comunidades, caracterizadas pela informalidade habitacional, precariedade de infraestruturas, insalubridade e dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais. No que tange ao direito à segurança jurídica, aos moradores foi concedida ainda a documentação de posse da propriedade, garantindo-se judicialmente a sua permanência.

Em suma, a partir do que foi analisado, foi possível perceber o impacto positivo do processo de reassentamento para os moradores, evidenciando a melhoria na qualidade de vida e no acesso ao direito à moradia nos conjuntos avaliados.

Espera-se que este trabalho possa inspirar novas pesquisas que possam avaliar o Programa Prometrópole em termos de cumprimento dos seus objetivos. Por outro lado, acreditamos que o aprofundamento de investigações em outros estudos de caso, em áreas que foram objeto da intervenção do poder público resultando em reassentamentos poderia contribuir com diretrizes para melhores soluções de provisão de habitação. Mas o futuro nos dirá os novos caminhos a serem percorridos!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sávio Silva de. PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Direitos humanos e meio ambiente:** promover o direito à moradia para promover a proteção ambiental dos recursos hídricos. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 4., 2013. Anais. Salvador: 2019.

BAUTISTA, Diana Carolina Gómez; SOEIRO, Ítalo César de Moura; NASCIMENTO, Manuela Maria Pereira do. **Um estudo sobre as dinâmicas territoriais e seus reflexos na Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 05, N. 02, 2016

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. **Altera a redação do Art. 6º da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 fev. 2000.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Moradia Adequada.** – Brasília: Coordenação Geral da Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 2013. 76p., il. – Por uma cultura de direitos humanos. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225430>. Acesso em: 4 de Out. de 2024.

CAVALCANTI, Eduarda Campos. **Política de Provisão Habitacional e o Direito à Moradia no Recife: o que revelam as condições de habitabilidade do Conjunto Habitacional Casarão do Barbalho?** Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

CARDOSO, A.L.; DENALDI, R (orgs). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC.** RIBEIRO, L.C.Q. (coord). 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARDOSO, Yasmim Santos; ROCHA, Danielle de Melo ; DINIZ, Fabiano Rocha. **Impacto das Intervenções do Projeto Capibaribe Melhor (PCM) na ZEIS Lemos Torres (Recife) à luz da conquista do Direito à Cidade.** Revista Brasileira de Geografia Física v.17, n.3, 2024 ISSN:1984-2295 <https://doi.org/10.26848/rbgf.v17.3.p2093-2110> Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/262149/46972>. Acesso em: 4 de Out. de 2024.

CARDOSO, Yasmin Santos. **Projeto Capibaribe Melhor. Dialética do Planejamento Estratégico Urbano e do Direito à Cidade na Urbanização da ZEIS Lemos Torres (Recife - PE).** Dissertação (mestrado). Recife: UFPE, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023.

CONDEPE/FIDEM. **Produtos e Resultados.** Pernambuco: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Disponível em: <http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/produtos-e-resultadosondepe> Fidem - Produtos e Resultados. Acesso em: 13 de maio de 2024.

CONDEPE/FIDEM. **Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – Prometrópole**. Pernambuco: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Disponível em: Condepe Fidem - Apresent <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/apresentacao11>ação. Acesso em: 13 de maio de 2024.

Conecta Recife. **PROMETRÓPOLE**. Recife: Sanear – Autarquia de Saneamento. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/sanear/prometropole.php>. Acesso em: 2 de jun. de 2024.

CARDOSO, Adauto; D'OTTAVIANO, Camila. **Habitação e Direito à Cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021. ISBN 978-65-87594-92-7.

DENALDI, Rosana. **Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção**. Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação. p.97-126. In: Rosana Denaldi. – São Paulo: Annablume, 2013.

DENALDI, Rosana. **Política de Evolução de Favelas evolução e impasses**. 2003. 229 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DINIZ, Fabiano Rocha; MELO, Tássia dos Anjos Tenório; LANCELLOTTI, Alice Caroline Acosta; BARROS, Camila Felipe de. A dimensão ambiental das infraestruturas de drenagem na urbanização de favelas o caso do Prometrópole. pp. 211-252 In: FERRARA, Luciana Nicolau; CARDOSO, Adauto Lucio; MACHADO, Érica. **Dimensão Ambiental na Urbanização de Favelas olhares críticos a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC**. Relatório de Pesquisa. Recife: UFPE-Observatório PE/CNPq, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2022**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2022.

GONDIM, Jorge Vinícios Silva. **Estado e políticas públicas no Recife: a bacia do rio Beberibe e as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Dissertação (mestrado). Recife: UFPE, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019.

GONDIM, Jorge Vinícios Silva. **O Programa de Aceleração de Crescimento no Recife: Esboço para uma Avaliação para o Processo de Execução das Intervenções na Bacia do Beberibe**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16., 2019. Anais. Brasília: 2019.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. **On the Concept of Snowball Sampling. Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, p. 367-371, Agosto de 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Desempenho geral das capitais**. Instituto Cidades Sustentáveis. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institucidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadecapitais/>. Acesso em 02 de Out. 2024.

IVO, A.B.L., ed. **Agências multilaterais de desenvolvimento e comunidades epistêmicas**. In: **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 13-36. ISBN: 978-85-232-1857-7. <https://doi.org/10.7476/9788523218577.0002>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fhr95/pdf/ivo-9788523218577-02.pdf>. Acesso em 02 de Out. 2024.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes e SOUZA, Maria Angela. Entre camadas de urbanização e intervenções integrais: a urbanização recente de assentamentos precários no Recife a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (p.165-198). In: CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (org.) **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2018.

MORAES, Demóstenes A. **Entre a Subcidadania e o Direito à Cidade. Estudos Críticos sobre a Urbanização de Favelas no Brasil e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife – PE**. 2019. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 379, 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS; CLÍNICA DE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Comentário Geral n. 4: Parágrafo 1 do Artigo 11 (O direito a uma moradia adequada)**. Comentários Gerais Dos Comitês De Tratados De Direitos Humanos Da ONU Comitê De Direitos Humanos Comitê De Direitos Econômicos, Sociais E Culturais. (pp 257 - 263). São Paulo, 2018. Tradução de Fabio Pereira da Silva e Eloisa Visgueira Gomes de Souza (Alunos da Clínica de Direito Internacional de Direitos Humanos do Núcleo de Estudo Internacionais, NEI – USP). Revisão de Vanessa Chalegre de Andrade Franca – Defensora Pública - Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/26a383c1-f399-6c6f-75d1-5cde5f3e43aa>. Acesso em: 03 de Out de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 Out. 2024.

PERNAMBUCO. **Lei Ordinária nº 12.425, de 18 de Setembro 2003**. Dispõe sobre a gestão e execução do programa de infra-estrutura em áreas de baixa renda da RMR - Prometropole, e dá outras providências. Pernambuco: Governo do Estado de Pernambuco, [2003]. Disponível em: Lei Ordinária 12425 20 <https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-12425-2003-pernambuco-dispoe-sobre-a-gestao-e-execucao-do-programa-de-infra-estrutura-em-areas-de-baixa-renda-da-rmr-prometropole-e-da-outras-providencias> 03 de Pernambuco PE (leisestaduais.com.br). Acesso em: 06 de jul. 2024.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Inovações na Política de Intervenção em Assentamentos Pobres.** (p. 49 – 56) Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 14, 2008

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Requalificação Urbana, Desenvolvimento e Liberdade: o conjunto habitacional da Torre.** [s.l: s.n.]. – Recife, 2006. p. 196. Dissertação (mestrado). Recife: UFPE, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 2006.

PORTAIS DO GOVERNO. **O Programa PROMETRÓPOLE.** Pernambuco: Governo de Pernambuco, 2010. Disponível em: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/prometropole/o-programa>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

RECIFE. **Lei nº 16.947, de 7 de Janeiro de 2004.** Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento e execução da unidade executora municipal do recife do programa de infra-estrutura em áreas de baixa renda da rmr - prometrópole - projeto recife. Recife: Cidade do Recife, [2004]. Disponível em: Lei Ordinária 16947 2004 de Recife PE (leismunicipais<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2004/1695/16947/lei-ordinaria-n-16947-2004-dispoe-sobre-a-estrutura-de-gerenciamento-e-execucao-da-unidade-executora-municipal-do-recife-do-programa-de-infra-estrutura-em-areas-de-baixa-renda-da-rmr-prometropole-projeto-recife.com.br>). Acesso em: 06 jun. de 2024.

RECIFE. **Lei Municipal Nº 18.863, de 29 De Novembro De 2021.** Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, dispõe sobre o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SIMHIS, e institui elementos para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS do Município do Recife. Recife: Cidade do Recife, [2021]. Disponível em: Lei Ordinária 18863 2021 <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2021/1887/18863/lei-ordinaria-n-18863-2021-institui-a-politica-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-pmhis-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-simhis-e-institui-elementos-para-elaboracao-do-plano-local-de-habitacao-de-interesse-social-plhis-do-municipio-do-recife> de Recife PE (leismunicipais.com.br). Acesso em: 05 Out. de 2024.

RECIFE. **Lei nº 20.728, de 5 de Novembro de 2004.** Regulamenta a lei 16.947/2004 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do programa Prometrópole. Recife: Cidade do Recife, [2004]. Disponível em: Decreto 20728 2004 de Recife PE <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2004/2072/20728/decreto-n-20728-2004-regulamenta-a-lei-16947-2004-que-dispoe-sobre-a-estrutura-de-gerenciamento-do-programa-prometropole> (leismunicipais.com.br). Acesso em: 06 jun. de 2024.

RECIFE. **Prefeitura inicia obras de ponte que integra nova via radial no Recife.** Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/10/2021/prefeitura-inicia-obras-de-ponte-que-integra-nova-radial-no-recife#:~:text=Prefeito%20Jo%C3%A3o%20Campos%20autorizou%20o%20in%C3%ADcio>. Acesso em: 07 de Out. de 2024.

RECIFE. **Prefeito entrega conjunto residencial no Porto da Madeira. Recife: Prefeitura do Recife, 2015.** Disponível em: [Phttps://www2.recife.pe.gov.br/noticias/29/11/2015/prefeito-entrega-conjunto-residencial-no-porto-da-madeira](https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/29/11/2015/prefeito-entrega-conjunto-residencial-no-porto-da-madeira) | Prefeitura do Recife. Acesso em: 06 jun. de 2024.

ROCHA, Danielle de Melo; SOUZA, Maria Ângela de Almeida; DINIZ, Fabiano Rocha Diniz e NEVES, Norah Helena dos Santos. **Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município do Recife.** Relatório de Pesquisa. Recife: UFPE-Observatório PE/CNPq, 2021.

ROCHA, Danielle de Melo; SOUZA, Maria Angela de A.; DINIZ, Fabiano Rocha e NEVES, Norah Helena Santos. Trajetória das Políticas de Urbanização de Favelas no Recife. A persistência das ZEIS e do PREZEIS. pp. 133-164 In: SILVA, Madianita Nunes da; CARDOSO, Adauto Lucio; DENALDI, Rosana. **Urbanização de Favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais.** 398 p. ISBN 9786589925613 Rio de Janeiro, Letra Capital Editora 2022. Disponível em: <https://habitacao.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/05/UF2-TRAJETORIAS-MUNICIPAIS-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2024

ROCHA, Danielle de Melo; DINIZ, Fabiano Rocha; JARDIM, Felipe. **O novo Plano Diretor do Recife e o direito à moradia: um olhar crítico sobre o processo de revisão e alguns dos instrumentos urbanísticos propostos.** Recife's new Master Plan and the right to housing: a critical look at the reviewing process and some of the proposed urban instruments. Revista de Direito da Cidade Rio de Janeiro, Vol. 14, n.01., 2022, p. 538-580 ISSN 2317-7721 DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.52706> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/52706/37319>. Acesso em: 10 de Out. 2024

VILLA, Simone Barbosa; SARAMAGO, Rita de Cássia Pereira; GARCIA, Lucianne Casasanta. **Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Pós-Ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida: aspectos funcionais, comportamentais e ambientais.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea , 1990 ISSN 1415-4765.

ELALI, Gleice. PINHEIRO, José Q. **Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas.** In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Qualidade Ambiental na Habitação: Avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 27 nov. 2024.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2.ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Anexo 01 – Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO PARA MORADOR REALOCADO DO BAIRRO	
Dados e orientações	
Nome do entrevistado:	
Nome dos pesquisadores presentes:	Ellen Karolyne (graduanda)
Contato inicial e objetivos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Agradecer pela disponibilidade em receber o(s) pesquisador(es). • Pedir autorização para utilizar a entrevista para fins acadêmicos. • Explicação da Pesquisa: O PROGRAMA PROMETRÓPOLE-BIRD E O DIREITO À MORADIA: Um olhar sobre o reassentamento de famílias nos conjuntos residenciais Beberibe 1 e 2 	
Procedimentos iniciais:	
<ul style="list-style-type: none"> • Preparar o gravador. • Iniciar a gravação. 	
Questões para entrevista: Morador das Comunidades Vila Miguel Arraes e Portão do Gelo.	
Características socioeconômicas dos entrevistados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: • Escolaridade: • Trabalho: 	
Observação: Os textos em caixa alta se referem aos objetivos de cada questão.	
CONTEXTO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES PORTÃO DO GELO E VILA MIGUEL ARRAES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Você sabe em que ano a comunidade começou? E como foi o processo? 2. As famílias vieram todas de um mesmo lugar? E sua família? 3. Em que ano você chegou? Onde você morava antes? 4. Você sabe como se formou a ocupação? Em caso positivo, pode explicar sobre? 5. Como era a comunidade antes do Reassentamento pelo Prometrópole? (espaço físico: como eram as casas, ruas/ruelas ou becos, o rio, acesso a serviços de água, luz etc.) 6. Como era a vida na Comunidade e a relação com a vizinhança? 7. Sob seu ponto de vista, existe alguma razão para que as pessoas ocupassem essa área, especificamente? 8. Como você enxerga a relação da comunidade com o Rio? 	

SOBRE A INTERVENÇÃO DO PROGRAMA

9. Como foi o processo de mudança?
10. As propostas de intervenção do Programa para Comunidade foram apresentadas a vocês? Você concordou ou teve espaço para opinar?
11. Como foi o processo de escolha das habitações? Houve algum critério para a divisão das moradias nos habitacionais?
12. Existem lideranças comunitárias atualmente no conjunto?
13. Vocês receberam algum tipo de assistência social para adaptação às novas casas?
14. Você acha que as relações dos moradores do Conjunto, hoje, são boas?
15. Você tem planos de permanecer aqui? Por quê?
16. Quais os efeitos do processo de mudança e seu impacto para as famílias?
17. Quais as vantagens e desvantagens da mudança para o habitacional?
18. Pontos positivos e negativos (se existirem), algo que faltou? Em que lhe beneficiou e em que lhe prejudicou?

RELAÇÕES COM A VIZINHANÇA

19. Você possui amigos e familiares morando em outros conjuntos habitacionais? Ou no bairro em que morava anteriormente (caso tenha vindo de outra área)?
20. Qual a sua relação com a Comunidade? Existiam lideranças comunitárias antes? Como é a organização comunitária?
21. Como se sente em relação à vizinhança?
22. Existem conflitos no Conjunto? Se sim, quais os principais motivos?

INFRAESTRUTURA

24. Você está satisfeito com a sua moradia atual?
25. Fez ou deseja fazer alguma mudança no projeto atual da sua casa?
26. Acha que o bairro em que mora atende os serviços básicos necessários à comunidade?
27. Modificaria algo no Conjunto em que mora atualmente? Se sim, o que?
28. Você mudou de ocupação após a intervenção? Se sim, por quê?
29. A intervenção significou novos custos com a moradia? Quais?

Considerações finais:

- Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.
- Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

Finalização e agradecimento:

- Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.
- Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o pesquisador.

Anexo 02 – Termo de Compromisso Livre Esclarecido

TERMO DE COMPROMISSO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário(a) da pesquisa O Programa Prometrópole-Bird E O Direito À Moradia: Um olhar sobre o reassentamento de famílias nos conjuntos residenciais Beberibe 1 e 2, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra.

O objetivo desse Termo De Compromisso Livre Esclarecido (TCLE) é esclarecer tudo sobre o estudo e solicitar sua permissão para participar desta pesquisa bem como apresentar os resultados em eventos e/ou publicações nesta temática.

O objetivo desta pesquisa é compreender os impactos do processo de reassentamento das comunidades ribeirinhas do Rio Beberibe tomando como estudo de caso os Conjuntos Residenciais Beberibe I e II. Busca-se com isso analisar a eficiência de programas de provisão habitacional em virtude da urbanização de sua área de origem no âmbito da conquista do Direito à Moradia e melhoria na qualidade de vida da população.

Caso seja de seu interesse participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos são: a) A gravação de uma entrevista semiestruturada feita a partir de roteiro elaborado pela pesquisadora, cujo conteúdo envolve perguntas sobre o seu ponto de vista dos Conjuntos Habitacionais Beberibe I e II.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No presente estudo, informamos que os riscos ou desconfortos potenciais relacionados à sua participação referem-se ao tratamento de informações pessoais, sendo utilizadas apenas para a caracterização do entrevistado. Seu nome, portanto, será mantido em sigilo absoluto em todas as fases da pesquisa.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que assine ao final deste documento.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade. Entretanto, os possíveis benefícios resultantes da sua contribuição são referentes à incorporação dessa pesquisa nos estudos da habitação no Recife, podendo contribuir para auxiliar a implementação de futuras políticas de provisão de habitação e instrumentos do planejamento urbano no Recife.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte da pesquisadora. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre a responsável pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.^a Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

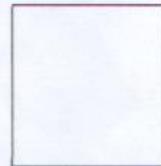
Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Claudia Assunção dos Santos

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Daniela Karina da Silva

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

* Clea

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (Endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Etson gabriel de Alencar dos S.

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1ª Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Andréia Melo

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ana Paula Silva do Nascimento

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Eliane dos Santos Brandão

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

JUSON FLÁVIO BRAGANÇA DO CARMO

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Adriana Vanessa S. de Oliveira Manta

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2029.



Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Em caso de necessidade, as despesas para sua participação serão pagas pelos pesquisadores.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra (endereço: Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária, Recife PE, CEP: 50740-550, Laboratório Observatório PE, Núcleo Recife | Email: ellenkarolyne10@gmail.com); com sua orientadora, Prof.ª Danielle de Melo Rocha (Email: dmrocha.ufpe@ufpe.br); ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE (endereço: Av. da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 | Tel.: (81)2126-8588 | Email: cephumanos.ufpe@ufpe.br)..

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Ellen Karolyne Cavalcanti Bezerra

Mônica Ferreira da Silva

(Nome do participante)

Recife, 19 de setembro de 2024.

